

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



ALVARO REIS E A REVISTA EDUCAÇÃO E PEDIATRIA: CONCEPÇÕES DO
MÉDICO HIGIENISTA, EDUCADOR E INTELLECTUAL SOBRE A INFÂNCIA
DESVALIDA (1913-1915)

Por

Desirée Rocha Lima

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Irma Rizzini

Rio de Janeiro
Julho de 2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



ALVARO REIS E A REVISTA EDUCAÇÃO E PEDIATRIA: CONCEPÇÕES DO
MÉDICO HIGIENISTA, EDUCADOR E INTELLECTUAL SOBRE A INFÂNCIA
DESVALIDA (1913-1915)

Por

Desirée Rocha Lima

Monografia apresentada à Faculdade de Educação
da Universidade Federal do Rio de Janeiro como
requisito parcial à obtenção do título de
Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Irma Rizzini

Rio de Janeiro
Julho de 2016
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



ALVARO REIS E A REVISTA EDUCAÇÃO E PEDIATRIA: CONCEPÇÕES DO
MÉDICO HIGIENISTA, EDUCADOR E INTELLECTUAL SOBRE A INFÂNCIA
DESVALIDA (1913-1915)

Por

Desirée Rocha Lima

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a Dr^a Irma Rizzini

Examinadora: Prof^a Dr^a Ana Lúcia Cunha Fernandes

Examinador: Prof^o Dr^o Jucinato de Sequeira Marques

Rio de Janeiro
Julho de 2016

DEDICATÓRIA

Aos meus amores:
Rosangela, Fabíola, Rodrigo,
Lindalva e Luiz Cesar (*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Não seria possível desconsiderar o momento pesaroso que vivemos em nosso país, em nosso estado. Fica aqui registrada minha esperança por dias mais dignos para todos.

Agradeço à minha mãe, Rosângela e à minha irmã, Fabíola, por todo amor, apoio, incentivo e compreensão. À minha avó Lindalva e ao meu avô Alberico (*in memoriam*) por acreditarem em mim, e auxiliarem meus estudos, sempre com muito amor e carinho. Ao Rodrigo, companheiro tão zeloso e amoroso, por todo o auxílio, compreensão, respeito. Por ser meu esteio.

Aos meus amigos irmãos por me darem força sempre. Em especial à Camila, pela força extra com este trabalho.

Aos amigos queridos que fizeram a graduação ser ainda mais significativa na minha vida: Adriana, Camila, Denise, Leonardo, Raffaela e Rejane, grupo querido e amado com quem sempre terei o prazer de viver momentos lindos! Carol e Jules que, apesar dos desencontros, foram essenciais e me deram força em momentos decisivos.

À Paula, Vanessa, Bruna e Jacque pela compreensão e carinho nos últimos meses. À Turma dos Amigos por, mesmo sem saber, encher meus dias de alegria e energia depois das noites em claro.

Aos funcionários que fizeram parte do cotidiano durante esses anos na Faculdade de Educação, em especial Itamar, Ismalha e Dinha, pela paciência, carinho, confiança e pelas palavras de ânimo nos dias mais complicados.

Aos professores da Faculdade de Educação da UFRJ por todo o aprendizado e convívio que, sem dúvidas, me transformaram. Agradeço à Prof.^a Dr.^a Ana Paula Moura pela atenção e carinho de sempre, à Prof.^a Dr.^a Regina Céli Oliveira da Cunha por ter feito a diferença na minha formação, à Prof.^a Dr.^a Elizabeth Orofino por todo o encantamento de suas aulas e a introdução à obra de Lygia Bojunga, à Prof.^a Patrícia Corsino pela inspiração para o trabalho na Educação Infantil, e por ter me apresentado à Escola Sá Pereira, onde sou tão feliz. À Prof.^a Dr.^a Silvina Julia Fernández pelo acolhimento de sempre.

Ao Magnífico Reitor, Prof. Dr.^o Roberto Leher, que tem minha admiração desde o primeiro período aqui cursado, por todo o aprendizado, pelo acolhimento sempre tranquilo e compreensivo durante a pesquisa, pelo exemplo de humildade e sabedoria, pela esperança de dias melhores. Agradeço também ao Coletivo de Estudos Marxismo e Educação (COLEMARX) pela experiência compartilhada.

Agradeço especialmente à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Irma Rizzini. Pelas belas aulas de História da Educação do Mundo Ocidental, que despertaram meu interesse pela pesquisa em História da Educação. Pela posterior acolhida no grupo de pesquisa (Gehib / Proedes), onde aprendi no convívio e na troca com outros bolsistas e professores (a quem também sou muito grata), nas apresentações e demais trabalhos realizados. Sobretudo, pela atenção, pelo carinho e pelo apoio fundamental e decisivo nos últimos meses, sem o qual eu não estaria apresentando este trabalho. Muito obrigada por tudo.

A Deus, pela vida.

EPÍGRAFE

Quando, seu moço, nasceu meu rebento
Não era o momento dele rebentar
Já foi nascendo com cara de fome
E eu não tinha nem nome pra lhe dar

Como fui levando não sei lhe explicar
Fui assim levando ele a me levar
E na sua meninice, ele um dia me disse
Que chegava lá

(Meu Guri, Chico Buarque)

RESUMO

O interesse por Alvaro Reis e suas concepções acerca das crianças desprotegidas, aflorou durante a participação no projeto de pesquisa *Ações oficiais de educação para o trabalho no Rio de Janeiro (1900-1920)*, desenvolvido no âmbito do Programa de Estudos e Documentação, Educação e Sociedade da Faculdade de Educação (PROEDES/UFRJ/FE), coordenado pela Prof^a Dr^a Irma Rizzini. À época, durante uma pesquisa que realizava sobre a atuação dos médicos higienistas nos estabelecimentos de ensino profissional no Rio de Janeiro, no início do século XX, deparei-me com a biografia de Alvaro Augusto de Souza Reis. O interesse sobre o médico se deu devido à desproporcionalidade entre o que, de acordo com Sobrinho (1940), constitui seu legado profissional e intelectual, e sua tímida aparição na bibliografia acadêmica em geral, além de seu (então) aparente envolvimento com as questões educacionais. Após um período de afastamento, retomei a pesquisa, tendo como fonte principal a revista *Educação e Pediatria*, buscando nela as contribuições de Reis. Nosso objetivo central foi identificar as concepções do médico higienista, educador e intelectual sobre a infância desvalida, no período que compreende a existência da revista, 1913-1915, em consonância com o contexto histórico, no qual ocorriam diversas reformas, inclusive nas áreas de saúde, assistência e educação, cumprindo uma agenda republicana civilizatória inspirada nas experiências europeias. Das muitas perguntas que nortearam este trabalho, sublinhamos as seguintes: Que projeto de nação estava em jogo na revista? Qual era a sua agenda? Quais personagens a utilizavam como meio de transformar a realidade em cheque? Quais as concepções de Alvaro Reis sobre a infância desvalida? Como se colocava em suas entrevistas e em seus artigos? Quais eram seus espaço de luta? Destarte, utilizamos os jornais *A Notícia* e *O Paiz*, além da *Educação e Pediatria*, como fontes privilegiadas. Foi possível, ao longo da pesquisa, identificar o Dr. Alvaro Reis como um homem de seu tempo, imbricado em uma realidade complexa, na luta pela legitimação do seu campo de atuação, a pediatria, pelos preceitos higiênicos, que então eram apregoados como a salvação frente aos altos números de mortalidade infantil, e pela assistência e educação à infância desprotegida. Não há dúvidas de que ele estava empenhado, assim como seus companheiros, na construção de um novo país, republicano, são e civilizado.

Palavras-chave: História da Educação; periódicos; educação; pediatria; infância.

SUMÁRIO

Introdução	10
1. Menores moralmente abandonados na cidade e na revista <i>Educação e Pediatría</i>	13
1.1 Cidade civilizada <i>versus</i> menor delinquente	14
1.2 O encontro com Alvaro Reis e as concepções impressas	21
2. Alvaro Reis, suas concepções, e as relações entre a Higiene, a Pediatría e a Educação	29
2.1 Primeiro contato: o médico e educador nas páginas dos jornais.....	29
2.2 O papel impresso como espaço de luta, legitimação e rede de sociabilidade	33
2.3 Inspeção médico-escolar	34
2.4 O problema do berço: o “mal que se advinha” se estende aos lactantes	40
2.5 a mortalidade infantil e o aleitamento materno	42
2.6 Médico higienista, pediatra e professor: as lutas de Reis.....	49
Considerações finais	54
Referências	Error! Bookmark not defined.

Introdução

A criança é um capital productivo. Em toda a parte, em todas as sociedades bem constituídas, a criança pobre é objeto constante de ininterrupta solicitude dos poderes publicos. Entre nós, enquanto se cogita da instalação moderna e luxuosa de um hospital para crianças, as criancinhas abandonadas não recebem um conforto, um carinho do Estado, que mais tarde delas se ha de aproveitar, quando não seja para applicar-lhes os severos castigos de madrasta cruel. (REIS, 1913, p. 361)

Durante uma pesquisa que realizava sobre a atuação dos médicos higienistas nos estabelecimentos de ensino profissional no Rio de Janeiro, no início do século XX, deparei-me com uma biografia, e foi inevitável o interesse: Alvaro Augusto de Souza Reis. Tal interesse sobre o médico se deu devido à desproporcionalidade entre o que, de acordo com Sobrinho (1940), constitui seu legado profissional e intelectual, e sua tímida aparição na bibliografia acadêmica em geral, além de seu (então) aparente envolvimento com as questões educacionais.

Inicialmente, no ano de 2009, a pesquisa se deu com foco no médico higienista e seu escasso aparecimento nas fontes oficiais. Utilizamos, então, os jornais *O Paiz* e *A Notícia* como principais fontes de pesquisa, podendo constatar o quanto sua atuação era prestigiada não só pelos jornalistas destes impressos, como por ilustres figuras como Franco Vaz, Dr. Fernandes Figueira, e até mesmo o presidente da república Nilo Peçanha.

Após longo período de afastamento desta pesquisa, no momento nos interessa olhar para o médico higienista, educador e intelectual, e suas concepções sobre a infância desprotegida, tendo como fonte principal de pesquisa a revista *Educação e Pediatria*, da qual Reis e Franco Vaz eram sócio-proprietários.

Franco Vaz, diretor da Escola Quinze de Novembro, e Alvaro Reis, médico e professor de higiene na mesma escola, além de exercer a clínica médica no Hospital de Crianças, criam um periódico que une dois pilares na construção da cidade republicana: a educação e a saúde das crianças, em especial as chamadas por Vaz de *moralmente abandonadas*.

Durante a pesquisa, nosso objetivo central foi identificar as concepções do Dr. Alvaro Reis sobre a infância, presentes na *Educação e Pediatria*, considerando a conjuntura na qual Reis estava inserido, bem como sua rede de sociabilidade.

No capítulo 1, concentramos esforços em contextualizar a pesquisa; inicialmente trazemos o “aparecimento” do menor na conjuntura da cidade que se pretendia civilizada. Por isso, intentamos responder as seguintes perguntas: a) O que significou o termo *menor*? b) Quais eram os ideais imbricados na pretendida cidade civilizada? c) Neste contexto, qual seria o lugar social do chamado *menor abandonado*?

Para tal, utilizamos uma historiografia relacionada à Assistência à Infância, como RIZZINI (1993), RIZZINI, MARQUES, MONÇÃO (2015) e VIANNA (1999); à medicina e à higiene, como GONDRA (2004); à cidade e à reforma urbanística, como AZEVEDO (2004), SILVA (2009) e SOUZA (2007).

Compreendendo o importante papel assumido pelos periódicos enquanto conformadores da sociedade, bem como espaços de lutas entre grupos diversos, e utilizando-os como fonte e objeto de pesquisa, seguimos em busca das concepções de Reis impressas na revista *Educação e Pediatria*, bem como nos jornais *A Notícia* e *O Paiz*. Para tal, utilizamos como base para a metodologia de pesquisa com as fontes vinculadas ao periodismo, os estudos de BARBOSA (1997), PEIXOTO & CRUZ (2007), TEIXEIRA (2006) e FERNANDES (2013).

Para o capítulo 2, outras questões emergiram: a) quais as concepções de Alvaro Reis sobre a infância desvalida? b) Como se colocava em suas entrevistas e artigos? c) Quais eram seus espaços de luta? d) Para quem direcionava seu discurso? e) Quem eram seus companheiros? f) Qual foi sua atuação nas áreas da higiene, da pediatria e da educação? g) Que concepções norteavam suas propostas para a educação escolar da população carioca?

Utilizamos então PAULILO (2007) e CAMARA (2013), para tratar da inspeção médico-escolar, SIRINELLI (1996) para trabalhar a questão das redes de sociabilidade intelectual, e PEREIRA (2006) para abordar as questões relacionadas à constituição e legitimação do campo da pediatria.

Convido, então, o leitor, para um breve passeio, em busca da atuação e das concepções de Alvaro Reis sobre a educação dos futuros cidadãos de uma cidade que, para esses grupos intelectuais, deveria aspirar à civilização e à modernidade: o Rio de Janeiro, entre as décadas de 1910 e 1920, mais especificamente entre os anos de publicação da revista *Educação e Pediatria* – 1913 e 1915 – onde os ideais republicanos de civilização estão no cerne das preocupações políticas, econômicas e sociais, e a necessidade de (trans)formar a população infantil eminentemente perigosa,

os *menores*, em cidadãos úteis à nação, lhes parecia urgente. O campo médico, e dentro deste a *hygiene*, aliado à escola e influenciando decisivamente as questões educacionais, assim como as instituições de acolhimento para *menores delinquentes e moralmente abandonados*, desempenharam importante papel nesta (trans)formação, como veremos.

Capítulo 1

Menores moralmente abandonados na cidade e na revista *Educação e Pediatria*

(...) tive o ensejo de mostrar que o interesse pelos **menores** moralmente abandonados deve ser, da parte do Estado, o maior possível. Apontei as principais causas da desmoralização da infância. Expus impressões minhas, pessoais, das condições impressionadoras em que encontrei crianças pelas ruas, pelos xadrezes, pelas prisões, pelas hospedarias, a muitas das quais interoguei, ouvindo-lhes e reproduzindo-lhes palavras as mais commovedoras e elucidativas da sua angustiosa situação e do dever do Estado em socorrer-as, para não ser, elle mesmo o responsável principal dessas desgraças e o mais fecundo fabricante de malfeitores.¹

Neste trecho retirado da revista *Educação e Pediatria*, encontramos alguns pontos importantes para que nos aproximemos do discurso que fundamentou a justificativa da criação do impresso, bem como o posicionamento dos seus fundadores, e de uma parcela de professores, pediatras, médicos-higienistas, juristas, dentre outros atores, que se dedicavam aos problemas relacionados à infância naquele momento. Podemos considerá-los como intelectuais que escreviam ancorados nas suas experiências profissionais junto a essa população, bem como nas ideias, concepções e representações que circulavam por meio de suas redes de sociabilidade, entre as quais, as tecidas pela atuação nos periódicos especializados e na grande imprensa.

Que projeto de nação estava em jogo na revista? Quais personagens a utilizavam como meio de transformar a realidade em cheque? Quais as suas concepções? Quais personagens este periódico buscou atingir? Que instituições levavam a cabo tal transformação?

Para responder a essas questões e compreender as concepções sobre educação, mais especificamente sobre a educação e assistência aos *menores moralmente abandonados*, os jornais *O Paiz* e *A Notícia*, além da revista *Educação e Pediatria*, são fontes, e no caso objetos, privilegiados, principalmente por se constituírem,

¹ VAZ, Franco. O problema da proteção à infância. *Educação e Pediatria*, ano I, n. 8, 9 e 10, p. 3-15, jan./fev./mar. 1914, p. 8. (Grifo nosso).

muitas vezes, em único recurso, uma vez que nas fontes oficiais referentes à assistência oficial à infância no Rio de Janeiro é escasso o aparecimento de Alvaro Reis, como veremos mais adiante.

Neste capítulo pretendemos contextualizar historicamente a pesquisa, trazendo as questões relativas às intervenções urbanísticas no início do século XX no Rio de Janeiro, capital da recente república brasileira, além de personagens presentes neste momento em que esforços eram empreendidos em prol da emergência de parâmetros civilizatórios aos moldes europeus.

1.1 Cidade civilizada *versus* menor delinquente

Menor assaltava perto da estação das barcas com arma de brinquedo
RIO - Segundo os guardas municipais, o menor infrator anunciou o assalto, exigindo das vítimas seus telefones celulares enquanto apontava para elas a falsa pistola. Uma das vítimas reagiu e começou a lutar com o adolescente infrator, quando os agentes municipais perceberam a ação e conseguiram deter o assaltante e apreenderam a arma de brinquedo. (...) O adolescente foi apreendido e encaminhado à Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), no Centro, onde o caso foi registrado e o simulacro de pistola apreendido como prova da infração. As vítimas também compareceram à delegacia para prestar queixa do menor.²

Moradora, desde a infância, do subúrbio da cidade do Rio de Janeiro, e tendo cursado o primeiro segmento do ensino fundamental em escolas municipais, não foram poucas as vezes em que escutei o termo *menor*, fosse referindo-se aos amigos de escola, fosse às crianças pedintes, àquelas vendendo algo, ou às que simplesmente perambulam e dormem nas ruas. Nos noticiários televisivos e nos jornais impressos, principalmente os de cunho popular, o *menor* tem sido personagem garantido ao longo dos anos.

Em uma pesquisa simples no sítio da web do jornal *O Dia*, apenas com a palavra *menor*, é possível encontrar diversas matérias: “*Identificado pelo delegado em que atirou, menor é apontado como autor do disparo que feriu policial no rosto, em Laranjeiras, no início do mês*”; “*Menor suspeito de participar da morte de PM na UPP São João é apreendido*”; “*Menor morre após ser baleado durante troca de tiros*”

² MEIA HORA (jornal digital). *Menor assaltava perto da estação das barcas com arma de brinquedo* (Por *O Dia* | 04/04/2016). Disponível em: <http://meiahora.ig.com.br/policia/2016-04-04/menor-assaltava-perto-das-barcas-com-arma-de-brinquedo.html>. Acesso em 15/05/2016.

no Morro da Providência”; “Rio bate recorde de menores apreendidos em 2015”, dentre outras (O DIA)³.

Realizei, então, uma busca no sítio eletrônico Google, e a primeira imagem a aparecer é de uma criança segurando um revólver, além da fotografia de um de furto e de imagens relacionadas à repressão do estado, sexualização da infância e consumo de álcool. E ainda as sugestões de pesquisa *Menor Crime* e *Menor Infrator*⁴.

Reportando-nos ao período pesquisado, em uma busca na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, não é difícil encontrar esse mesmo personagem:

Menor que furta

RIO - A polícia do 2º districto prendeu hontem, na ladeira do Farla, um menor, que offerecia á venda varias joias de valor. Na delegacia, interrogado, declarou elle chamar-se Manoel Correia, ter 11 annos de idade e ter furtado o relógio e corrente de ouro que se achavam em seu poder, além de outras joias e a importância de 300\$ do commodo de Theodomiro de Matos, á rua Camerino n. 107. (O PAIZ, 2 de janeiro de 1910)

Mais de cem anos separam as notícias destes jornais. Não se trata de cair na armadilha da concepção de que nada mudou neste longo período de tempo, mas apontar como cenas aparentemente semelhantes estão inseridas em cenários diferentes. A pesquisa com jornais e revistas deve considerar os interesses que estão em jogo e que representações determinados grupos sociais intentam disseminar por meio dos veículos de comunicação.⁵

Nos diversos artigos da revista *Educação e Pediatría*, o *menor* também aparece nos textos de colaboradores comprometidos com a assistência a uma infância qualificada pelos sócios-proprietários como *desprotegida*. *Menores moralmente abandonados* seria uma categoria mais ampla (assim como infância desprotegida), utilizada por Franco Vaz e Alvaro Reis, que abriga diversas categorias, de acordo com histórico e comportamento das crianças. Na revista e nos relatórios da Escola Premunitória XV de Novembro, é possível encontrar categorizações como: *menores*

³ Disponível em: <http://odia.ig.com.br/busca/?q=menor> Acessado em 15/05/2016

⁴ Disponível em:

https://www.google.com.br/search?q=menor&biw=1041&bih=581&tbm=isch&tbo=u&source=univ&s_a=X&ved=0ahUKEwki5eXxOvMAhUJI5AKHQcFBXoQsAQIRA#imgsrc=5WoafV2WBYqmCM%3A Acessado em 15/05/2016.

⁵ Os historiadores têm apontados para os limites e as potencialidades do uso dos periódicos pedagógicos e os da grande imprensa como fontes. A respeito, ver: BARBOSA, 1997; CAMPOS, 2012; TEIXEIRA, 2016; CRUZ, PEIXOTO, 2007; FERNANDES, 2013.

vadios ou vagabundos, menores delinquentes ou criminosos, menores pervertidos, menores mendigos, menores vítimas de maus tratos ou ainda criminosos juvenis.

A preocupação explícita nas páginas da revista se encontra no contexto dos esforços empreendidos pelas autoridades do Distrito Federal afim de, através de intervenções diversas, trazer os ares da civilização europeia para a capital da recente república brasileira, da nação que se pretendia no momento. Nas palavras de um dos fundadores da *Educação e Pediatría*, não cuidar da “questão” da infância seria fazer uma “civilização às avessas”:

Ao passo que as outras nações, sem serem mesmo das principaes, mas ao contrário, das que podem ser niveladas á nossa e até das que, provadamente, lhe ficam muito a dever, sob vários pontos de vista, vão cuidando carinhosa e dedicadamente dessa questão, em cujo interesse desvelado qualquer nacionalidade terá um elemento poderoso, e talvez , inigualavel para a sua formação moral, nós aqui no Brasil, que pretendemos fazer civilização às avessas, ficamos, diante de assumpto tão palpitante, com os braços cruzados, n’uma attitude de indiferença, de passividade, de incapacidade e fakirismo...” (VAZ, 1914 p.3).

No início dos Novecentos, o então Distrito Federal é marcado pelo ensejo, por parte dos governantes e das elites econômicas, da absorção de um modelo europeu de cidade republicana. Tais valores ganham força na sociedade brasileira e engendram projetos de intervenção urbana, que

resultaram da iniciativa do então Presidente da República Rodrigues Alves que, desde o seu discurso de posse, anunciara uma grande ação de reformulação urbana sob o pretexto de melhorar a imagem, a sanidade e a economia da capital federal, a fim de facilitar a imigração de estrangeiros ao Brasil, causa momentosa da lavoura cafeeicultora paulista, em crise de mão-de-obra desde a abolição da escravidão. (AZEVEDO, 2003, p. 41)

Nesta “nova cidade” que se pretendia, através da difusão do ideário republicano que se dava nos “forjados” *Teatros da Modernidade* (SILVA, 2004), é importante destacar alguns conceitos que foram considerados durante a pesquisa, e que são também importantes para que os rumos nela tomados sejam compreendidos.

O primeiro deles é o de “cidade”. Souza (2007) utiliza as definições de Weber e Christaller para defini-la. De acordo com o primeiro, a cidade é necessariamente um local de mercado, e, podemos unir a esta a definição de Christaller: a cidade é uma “localidade central” (CHRISTALLER *apud* SOUZA, 2007, p. 25) do ponto de vista

geoeconômico. Além do aspecto econômico, alavancado por ser uma cidade portuária, a cidade do Rio de Janeiro, por sua condição de Distrito Federal, era o centro político do país.

Assim, elementos da paisagem da zona central que não representavam esse pretendido modelo foram postos abaixo a partir da reforma Pereira Passos (1902-1907), que, ao contrário do que se pensa, não foi uma *reforma urbana*, mas sim uma *reforma urbanística*, uma vez que, segundo Souza (2007), uma reforma urbana não consiste apenas em uma modificação do espaço físico, mas também em uma reforma social estrutural, com uma muito forte e evidente dimensão espacial, tendo por objetivo melhorar a qualidade de vida da população, especialmente de sua parcela mais pobre, e elevar o nível de justiça social (SOUZA, 2007, p. 112).

Então, voltemos ao *menor*. O que este termo significou? De acordo com Rizzini (1993), a noção social do termo *menor* não estava restrita à questão da faixa etária: a própria literatura jurídica se utilizava de critérios morais e sociais para construir uma concepção de *menor*; estes, então, eram associados ao abandono, à criminalidade e à pobreza. Vianna (1999) fala-nos sobre a relação entre a polícia e a menoridade:

A situação vivida nas unidades policiais pode ser tomada, dessa forma, como uma etapa que ultrapassava a identificação de menores em seu sentido mais estrito. Na medida em que evidenciava para o próprio indivíduo detido as implicações de ser considerado um *menor* nesse contexto, torna-se possível pensá-la como constituindo não apenas identificações, mas identidades. Mais do que apontar uma determinada condição legal do indivíduo detido, o termo *menor* pode ser visto como uma espécie de *status* principal de sua identidade social. Ou seja, todas as outras características percebidas nessa situação, fossem elas registradas ou não, assumiriam o caráter de *status* subordinado, na medida em que não suplantariam aquele que seria seu traço definidor. (VIANNA, 1999, p. 26)

Nesta cidade, então reformada, assim como a paisagem, alguns atores sociais, como os *menores desvalidos*, que faziam, então, parte desta, também precisavam ser “postos abaixo”. Logo houve um *esquadrinhamento social*⁶, do qual a medicina é uma ferramenta fundamental: aos *menores vadios, abandonados e delinquentes*, outro espaço foi reservado com o intuito de formá-los homens de bem, civilizados,

⁶ “Arte de analisar a população e os espaços por ela ocupados, notadamente a cidade e suas instituições, atenderá também ao objetivo econômico da disciplina que visa aumentar a utilidade dos indivíduos.” (RIZZINI, 1993, p. 35)

saudáveis e trabalhadores, longe da insalubridade do centro – as instituições de assistência, acolhimento ou correção, como a Escola Premunitória XV de Novembro.

É possível, dessa forma, dizer que uma higienização urbana era necessária para que a zona central do Distrito Federal se tornasse um espaço onde a boa sociedade e os carros pudessem transitar e esbanjar toda sua tecnologia e civilidade, dignas das capitais europeias, levando-o a constatação de que:

Em todo esse conjunto (...) o enfoque dado às questões educacionais se encontra recoberto pelas contribuições da 'Hygiene', como já indicado de modo explícito em alguns títulos. Esse ramo da ciência médica foi o que mais intensiva e prolongadamente colaborou para unificar as prescrições médicas, no que diz respeito às representações acerca da escola e dos sujeitos escolarizadores e escolarizáveis; respectivamente professores e alunos. (GONDRA, 2004, p. 133)

Urgia, desta forma, direcionar essa infância desvalida a instituições que pudessem promover uma transformação: esta deveria tornar-se útil à sociedade que emergia do sonho da civilização. Era preciso fazê-los saudáveis, fortes e trabalhadores.

Entretanto, segundo os apelos que encontramos na revista de Vaz e Reis, os cuidados à *infância desprotegida* (VAZ, 1914, p. 3) parecem estar, à época, relegados a um segundo plano, faltando investimentos do Estado para que a assistência se desse de forma mais abrangente e efetiva, não só agindo de forma corretiva, mas também premonitória.

(...) porque é que se persiste em descurar desse problema, porque é que se o relega para um plano secundario, fazendo sobre elle preponderarem outros serviços, outras instituições, outros problemas que na causa d'aquelle deveriam formar, porque são, por assim dizer, uma consequencia do mesmo, em lugar de lhe usurparem a precedência?! (VAZ, 1914, p. 8)

Na verdade, as dificuldades enfrentadas pela assistência à infância antecedem à atuação protagonista dos personagens supracitados. Se lançarmos o olhar para o meado do Oitocentos, é possível compreender que os grupos e sujeitos envolvidos com a assistência há muito passavam por sérios problemas relacionados à configuração do campo em si, sua expansão e fiscalização.

No contexto da reforma educativa, de regulamentação da instrução pública, há uma extensão do governo sobre a população e inúmeras intervenções do poder

público sobre as instituições educacionais por meios legais. Através do Código de Posturas, aprovado pelo Conselho da Intendência Municipal da Capital Federal e divulgado pela Gazeta de Notícias em 14 de fevereiro de 1890, as ações da população e das instituições na relação com a cidade passam a ser regulamentadas. É o poder público intervindo e orientando o cuidado à infância. (RIZZINI, MARQUES, MONÇÃO. 2015)

Entretanto, segundo as pesquisas dos mesmos autores, tal intervenção não se deu de forma eficaz: a facilidade para abrir instituições de assistência e educação combinada à falta de fiscalização por parte do poder público e a consequente exploração de doadores, péssimas condições de acolhimento, abusos e castigos sofridos pelas crianças, acarretou em denúncias nos jornais, que noticiavam o não cumprimento da lei, pressionando os órgãos competentes a se posicionarem, e mobilizando a opinião pública em favor dos intentos do juiz Ataulpho de Paiva, *“grande fomentador da vinculação entre a assistência pública e a privada no Brasil”* (RIZZINI, MARQUES, MONÇÃO. 2015, p.176), para a fundação de uma Repartição Central de Assistência, com a finalidade de fiscalizar os asilos. Inspirado na experiência francesa, ele defendia a higiene social por meio da educação e instrução da população, e condenava a caridade, apoiando a filantropia jurídica, de caráter científico.

Desta forma, entre políticas públicas, disputas e denúncias, a assistência à infância abandonada vai ganhando seus contornos. Longe da insalubridade do centro vão consolidando-se instituições de assistência, acolhimento e correção, dentre as quais, a Escola XV de Novembro.

Fundada em 1899 pelo então chefe de polícia, dr. João Brasil Silvado, a Escola esteve situada em São Cristóvão até 1908, quando foi transferida para uma localidade rural no estado do Rio de Janeiro, conhecida por Fazenda da Bica, na estação de Frontin. Em sua própria denominação fica claro o esforço em construir para ela uma representação distinta tanto de uma colônia correcional, termo referido a um modelo específico de instituição punitiva, quanto de outras escolas, como a Escola de Menores Abandonados. A escolha do termo premunitória evoca justamente um caráter de prevenção, como se a esta instituição coubesse sustar e modificar um comportamento pressentido. (VIANNA, 1999, p. 63)

A Escola dantes correcional, presente nas denúncias veiculadas pelos jornais, em 1903 passa a ser dirigida pelo então secretário⁷ Franco Vaz, e recebe o nome de Escola Premunitória Quinze de Novembro. Fica então explícita a busca por um atendimento voltado para a prevenção, pautado na (trans)formação para o trabalho, atendendo, assim, às demandas do crescente processo de industrialização. Localizada distante do centro, afim de manter os internos longe de seu ar vicioso, passa a ser considerada uma colônia agrícola. O seu caráter de prevenção ao crime, transformando “em elementos uteis a escoria social”, é anunciado por seu diretor em matéria ao jornal *A Notícia*, de 30 de abril de 1910:

(...) Portanto, a Escola Quinze de Novembro é uma casa onde se transforma em elementos uteis a escoria social. E a repartição publica, a melhor, a mais util, a mais necessaria – e portanto a que mais devia merecer do governo e mesmo da iniciativa particular, da sociedade em geral, a maior atenção e o maior carinho. A maior atenção por ser uma casa onde se diminuem as probabilidades do crime – do crime que fere a sociedade e conspurca o paiz; e o maior carinho, por ser uma coisa tão delicada, como a alma das creanças que ahi se acha em jogo. Infelizmente, parece que isso não é o que se dá. Governo e sociedade quasi ignoram que essa instituição existe (...). De modo que se essa escola augmenta e continua a fazer milagres é mais por um empenho pessoal de seus funcionarios que pelo encorajamento publico ou pelas grandes atenções do governo. Qualquer visitante se convence disso.” (A NOTICIA, p. 2, 30 de abril de 1910)

De acordo com as fontes citadas, Vaz buscou constantemente denunciar o descaso com a assistência e educação das crianças em questão, relegadas ainda, apesar de uma movimentação do poder público, a iniciativas e *milagres*, como ele diz, realizados cotidianamente por seus funcionários. Neste sentido, dando continuidade à mesma entrevista ao jornal *A Notícia*, Vaz cita os esforços do companheiro de trabalho, Alvaro Reis:

(...) Do lado da enfermaria, a mesma coisa. Seis camas para uma eventualidade epidemica de 345 internados! O Dr. Alvaro Reis faz verdadeira acrobacia scientifica para que a hygiene do estabelecimento soffra o menos possivel. (...) E o pobre médico pratica sua operação com a ajuda do céu e... muita paciência. (A NOTÍCIA, p. 2, 30 de abril de 1910)

⁷ Ver em GONDRA; RIZZINI, 2014, p. 573

Como podemos verificar ao longo do capítulo, num contexto de grande preocupação com a infância, devido aos ideais republicanos de civilização, a atenção da sociedade do Distrito Federal à já reconhecida categoria dos *menores abandonados, vadios e delinquentes* é expressiva. Em periódicos e documentos oficiais dos primeiros tempos republicanos, é nítida a urgência em “cuidar” destes *menores*, tirá-los das ruas, higienizar as vias públicas, que deveriam se tornar palcos da civilidade nacional, ostentando belas edificações e servindo de passeio à boa sociedade, a despeito das dificuldades e da realização, de acordo com as denúncias, de poucas medidas efetivas.

Destarte, podemos afirmar que houve um movimento de centralização da assistência pública, através da elaboração de leis para a assistência à infância, culminando, posteriormente, na criação do Juízo de Menores do Brasil (1923), no Rio de Janeiro, e na aprovação do Código de Menores de 1927, consolidando um modelo de categorização e intervenção sobre o *menor*, que teve origem nas ações policiais, uma vez que, até aquele momento era a delegacia a responsável pelo acolhimento destes *menores* (VIANNA, 1999).

Nesta conjuntura política e social, os periódicos assumem o importante papel de difusão e conformação da sociedade, penetrando tanto nas camadas letradas como nas não-letradas, legitimando ideias correntes e campos científicos (BARBOSA, 1997, p.89). Entre o crescimento das indústrias, a expansão da cidade e a urgência de civilizar a população, principalmente a massa desafortunada que somava cerca de 70% dos habitantes citadinos no início do século XX (RIZZINI, 1993, p.19), estão os sem número de diários, revistas e demais periódicos impressos.

1.2 O encontro com Alvaro Reis e as concepções impressas

A história dos periódicos impressos entrelaça-se aos acontecimentos históricos da Capital do Brasil. De acordo com Teixeira (2016), imprensa e nação brasileira nascem juntas, à medida que aquela passa a ser considerada lócus de intercessão na realidade social vigente.

A partir de 1880 (mais intensamente em 1890), os jornais diários passam por diversas modificações editoriais, ganhando uma nova função: a de normatizar a sociedade, difundindo entre as camadas letradas e não-letradas da população um

padrão de comportamento desejado. Em uma população de 691.565 habitantes na capital em 1900, os jornais vendiam cerca de 150 mil exemplares, e os principais diários, como *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Jornal do Comércio*, *O Paiz e Gazeta de Notícias* exerciam um poder formador sobre os habitantes citadinos. Os principais jornais do Rio de Janeiro eram empresas, visando o lucro, e os jornalistas, “cooptados pela classe dominante, (...)produziam uma mensagem visando a criação de um consenso, cujo fim último era perpetuar a dominação de classe.” (BARBOSA, 1997, p. 92)

Desta forma, a partir da renovação historiográfica de 1970, reconhecem-se os periódicos como importantes fontes/objetos para estudos, mais interativos que os documentos institucionais, possibilitando uma compreensão do contexto mais amplo.

Assim, para compreendermos as concepções sobre educação, mais especificamente sobre a educação e assistência aos *menores abandonados*, os jornais *O Paiz* e *A Notícia*, e a revista *Educação e Pediatria* são fontes privilegiadas, principalmente por se constituírem em único recurso, uma vez que nas fontes oficiais referentes à assistência oficial à infância no Rio de Janeiro é escasso o aparecimento de nosso personagem, como veremos mais adiante. Entretanto, no caso da revista, ela se torna objeto de estudo no âmbito deste trabalho, na medida em que é o espaço de atuação que privilegiamos para compreender o envolvimento de Álvaro Reis com a temática da infância pobre da cidade do Rio de Janeiro, bem como sua participação nas redes de sociabilidade intelectual/profissional tecidas em torno da revista e de sua agenda pública (PEIXOTO; CRUZ, 2007).

Compreendemos que é fundamental que a análise dos impressos como fonte se dê de forma integral, indo para além de uma matéria ou seção que se relacione diretamente com o tema em cheque, e que seja considerado, ainda, o contexto no qual estes estão inseridos, por quem e para quem foram escritos. É preciso compreender que se trata de uma “força ativa da história” (PEIXOTO e CRUZ, 2007, p. 257).

Pensar a imprensa com esta perspectiva implica, em primeiro lugar, tomá-la como uma força ativa da história do capitalismo e não como mero depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas. Como indica Darnton, é preciso pensar sua inserção histórica enquanto força ativa da vida moderna, muito mais ingrediente do processo do que registro dos acontecimentos, atuando na constituição de nossos modos de vida, perspectivas e consciência histórica.

(PEIXOTO e CRUZ, 2007, p.257)

Teixeira (2016) mostra que, nesse mesmo período, passam a ser publicados com mais frequência e regularidade impressos ligados às demandas educacionais. Atendendo às ânsias emergentes no cenário descrito acima, em paralelo com os diários que iluminavam variadas questões em voga, passam a ser produzidos impressos abordando diferentes temas, visando grupos diversos.

Foram criados, assim, impressos destinados ao público feminino e aos partidos políticos, jornais operários, abolicionistas e anarquistas, imprensa negra e, também, impressos pedagógicos que versavam especificamente sobre as questões ligadas à educação e ao ensino. (TEIXEIRA, 2016, p. 21)

Também como parte deste processo, a imprensa médica, a partir da primeira metade do Oitocentos, inicia sua trajetória, segundo Ferreira (2004), tendo como característica a associação entre os interesses das editoras, as disputas políticas em pauta e um movimento de asserção da medicina enquanto ciência. Contribuíram, posteriormente, para a difusão de periódicos especializados, as epidemias, como a da febre amarela, e a abordagem de temas que pudessem interessar ao público leigo. O campo médico buscava a legitimação de seus saberes junto à população (GONÇALVES, 2007).

Já no início do século XX, na conjuntura da recém proclamada república e da efervescência dos periódicos, dos anseios e da crescente preocupação e dedicação de uma parcela da sociedade com a *infância abandonada* (VAZ, 1914, p.3)⁸, por iniciativa de Franco Vaz, é fundada a revista *Educação e Pediatría*. Lidando especificamente com os temas da higiene, patologia, clínica infantil, Vaz apresenta o responsável por esta alçada da revista:

Mero curioso no conhecimento dessas materias ... era natural que outro fosse o guia escolhido, outro o responsável por essa parte de nossa publicação, outro o seu patrono. Essa escolha recaiu no Dr. Alvaro Reis, meu distinto companheiro na direcção e propriedade desta revista, medico ainda moço mas intelligente, estudioso e culto, dedicado á clinica infantil (...) Sei bem quanto o apaixona o assumpto, sei o amor com que entra nessa tarefa e isso me faz crer e poder assegurar que será bem succedido. (VAZ, 1913, p. 9)

⁸ Revista *Educação e Pediatría*, n.8, Ano 2.

Vaz e Reis passam a ser, então, diretores-proprietários da revista. Lançada em junho de 1913, o periódico não tinha uma abordagem especificamente educacional, tão pouco médica, realizando, na verdade, uma interface entre a educação e a medicina a partir da recente emergência de uma especialidade sua: a pediatria.

Para compreendermos melhor o tal periódico, é importante lançar luz a sua materialidade: seu aspecto gráfico, a capa e a contracapa, a forma como a revista está organizada, e como suas publicações foram editadas, por exemplo, conforme nos esclarece Fernandes (2013).

Publicada entre 1913 e 1916, *Educação e Pediatria* se propunha a ser uma revista mensal, tendo alcançado êxito nos primeiros 5 meses, passando a ter, posteriormente, suas edições aglutinadas bimestralmente, trimestralmente, e tendo até 8 edições publicadas juntas. Sendo disponibilizada avulsa ou por assinatura (para o Brasil e para o exterior), a princípio era distribuída pela Livraria Cruz Coutinho, situada à Rua São José, 82, sob a edição de Jacinto Ribeiro dos Santos.

Na edição inaugural, a revista é apresentada por seus proprietários na seção “Expediente”, onde fica explícita a preocupação com a qualidade física do impresso:

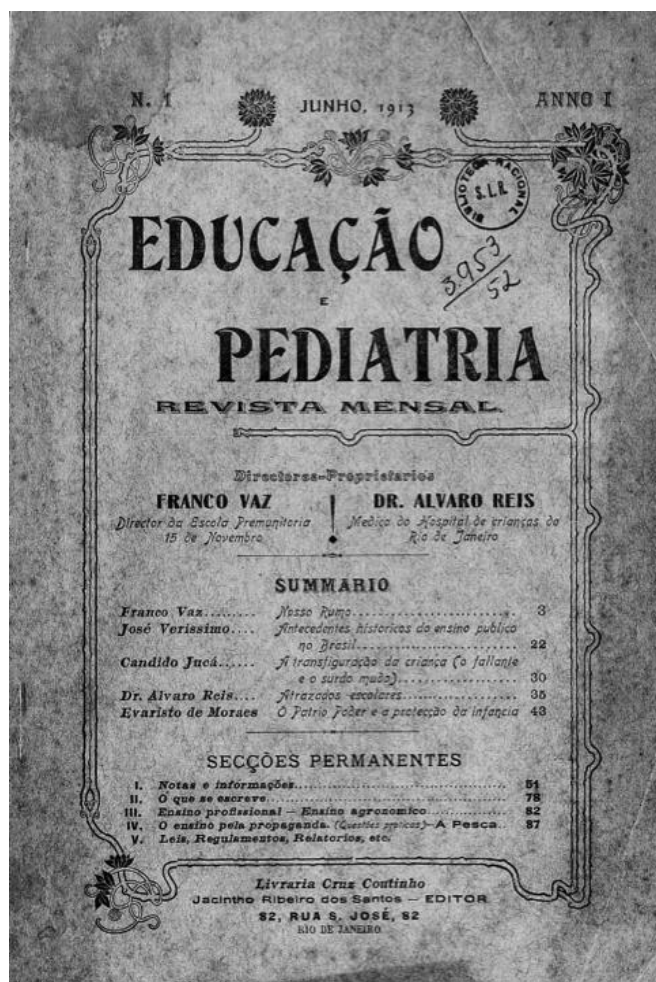
A Revista “EDUCAÇÃO e PEDIATRIA”, será publicada uma vez por mez. Começando com um texto de 90 paginas, terá entretanto, em breve, o possível desenvolvimento, inclusive passando a ilustrar os seus estudos e informações com uma boa copia de interessantes fotogravuras e, para isso, passando a ser impressa em melhor papel, talvez *couché*. (EDUCAÇÃO E PEDIATRIA, 1913, contracapa)

Sobre o aspecto gráfico é possível afirmar que as ornamentações encontravam-se na contracapa, acima dos títulos dos artigos e das seções, sendo, de resto, muito simples as publicações. Em poucos números encontramos fotografias dos autores dos artigos, de ilustres entrevistados, como Dr. Fernandes Figueira, ou de instituições ligadas à infância no Brasil ou no exterior.

Na contracapa, além do nome da revista e da indicação de periodicidade, há o sumário, destacando os nomes dos autores dos artigos, e em seguida as seções permanentes. Destas, apenas duas eram de fato permanentes: *Notas e informações* e *O que se escreve*, enquanto as demais existiam de acordo com demandas relacionadas a assuntos específicos como: *Ensino profissional-ensino agrônômico*, *Ensino pela propaganda (questões práticas)*, *Leis, regulamentos, relatórios, etc.*, e *Associações e*

congressos. Há um destaque e maior espaço disponibilizado para os colaboradores e seus artigos, o que podemos observar no sumário e no número de páginas ocupadas por eles.

Apresenta-se abaixo, uma reprodução da capa da edição de lançamento da revista, em junho de 1913.⁹



Fonte: EDUCAÇÃO E PEDIATRIA, ano I, n. 1, contracapa, junho de 1913.

Ainda no “expediente”, a revista se propõe a ser um espaço de debate, onde diferentes opiniões poderão ser expressas:

Esta Revista dá aos seus colaboradores a maior liberdade de opinião nos assumptos de que tratarem em suas páginas. A discussão e a controversia, em taes casos, são de real utilidade. Publicaremos, algumas vezes lado a lado, artigos obedecendo a pontos de vista antagonicos. A redação reserva-se, pelo mesmo criterio, o direito de ter a respeito uma orientação sua e de

⁹ Este é o único exemplar que se encontra disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

external-a como e quando julgar oportuno.” (EDUCAÇÃO E PEDIATRIA, ano I, n. 1, contracapa, junho de 1913)

Identificando os colaboradores, é possível figurar as posições políticas sustentadas por seus proprietários e sujeitos que dialogam de alguma forma com as questões que se pretendem iluminar e divulgar através da publicação (CRUZ; PEIXOTO, 2007). Contando com o contributo de personagens envolvidos com a questão da infância, sua saúde, assistência e educação, bem como desembargadores como Ataulpho de Paiva, que vinha empreendendo esforços para organização da assistência à infância no Brasil, fica clara a importância dada à educação e à saúde na construção do que seria uma assistência digna e capaz de promover a transformação de uma determinada infância, necessária para a construção da nação civilizada.

Dr. Moncorvo Filho, director do “Instituto de Protecção á Infancia; Dr. Fernandes Figueira, director do “Hospital de Crianças do Rio de Janeiro”; Dr. Mello Leitão, médico do mesmo hospital e livre docente de clinica pediatrica da Faculdade de Medicina; José Verissimo, eminente publicista e director da Escola Normal; Evaristo de Moraes, conhecido advogado e criminalista; Dr. Lopes Trovão, ex-senador e brilhante tribuno; Dr. Silva Gomes, director do Hospital de N. S. Das Dôres, professor do Collegio Militar e ex-Director da Instrucção Publica Municipal; Dr. Leonel Gonzaga, livre docente de Pediatria da Faculdade de Medicina; Dr. Ennes de Souza, director da Casa da Moeda e lente da Escola Polytechnica; desembargadores Ataulpho de Paiva, Nabuco de Abreu e Lima Drummond; Dr. Esmeraldino Bandeira, ex-ministro da justiça, ilustrado jurista, professor e advogado; Corynto da Fonseca, director do Instituto Profissional Souza Aguiar; Dr. João Nogueira da Motta, director do Instituto Disciplinar de S. Paulo; Curvello de Mendonça, redactor d’*O Paiz* e muitos outros escriptores, professores e homens ilustres, cuja relação ampliaremos no proximo numero. (EDUCAÇÃO E PEDIATRIA, 1913, contracapa)

Indicando a articulação com alguns interesses comerciais locais, seguem-se nas próximas 16 páginas as propagandas: automóveis, farmácia, tônicos, xaropes, roupas para crianças, restaurante, calçados, horticultura, água mineral, dentre outros (que são anunciados também, nas outras edições, geralmente de forma mais discreta, nos rodapés das páginas).

O primeiro artigo de *Educação e Pediatria, Nosso Rumo*, escrito por Franco Vaz, deixa ainda mais claros os objetivos da revista. Referindo-se à educação e às iniciativas relacionadas à infância como força motriz de qualquer nação, Vaz define

marcos que guiariam as publicações da revista, e afirma ser objetivo vital “*ter utilidade pratica incontestada e immediata*” (VAZ, 1913, p.7), clarificando não só o intento de divulgar uma causa e angariar adeptos, mas também de mobilizar para a ação. (CRUZ; PEIXOTO, 2007).

Os ideais de uma república civilizada estão a todo momento permeando os discursos impressos na *Educação e Pediatría*, mostrando-nos o quanto seus proprietários estavam submersos naquele tempo e espaço, lutando pela construção da nação, empunhando a bandeira da educação como instrumento primordial, junto à medicina (pediatría e higiene). Entretanto, notamos uma forte crítica de cunho político e econômico à ordem que se estava constituindo:

Dividindo de um outro modo mais equitativo a fortuna publica, por meio de leis que taxassem fortemente os altos patrimônios, de cooperativas que evitassem a acção gananciosa e, pode-se dizer, parasitaria do intermediario entre o productor e o consumidor; disseminando pelos centros de população habitações baratas e hygienicas, a um tempo; instituindo o seguro de vida ou o montepio geral obrigatório, por meio de um imposto especial, de uma arrecadação determinada, de forma ao próprio Estado, por esse fundo, poder ir em socorro de todo enfermo, de todo velho, de todo invalido, de toda viuva, de todo orphão, de todo necessitado em summa, com uma pensão proporcional ao imposto pago, forma pela qual essas obrigações deixariam de ser pesados encargos para o Estado, como para o individuo, ambos os quaes em pouco tempo as bem diriam... (VAZ, 1913, p.6)

Tal crítica e apelo, como dissemos anteriormente, aparecem com certa frequência na revista e também nas entrevistas concedidas por Reis e Vaz para *A Notícia* ou *O Paiz*¹⁰. O abandono relegado à infância desprotegida contrastava com os ideais de desenvolvimento então exclamados pelas autoridades da capital da recém-república e era fortemente combatido pelos que lutavam e trabalhavam em favor da reforma destas crianças.

¹⁰ O jornal *O Paiz* teve seu primeiro número publicado em 1 de outubro de 1884. Fazendo parte de sua direção/presidência durante anos, Quintino Bocayuva foi seu mentor intelectual, e teve ajuda financeira do comerciante João José dos Reis Junior, o Conde São Salvador Matosinhos. Ao longo de sua existência, muda de sede e paulatinamente se enquadra nas mudanças editoriais adotadas pelos outros jornais. Inicialmente sua tiragem era de 12 mil exemplares, mas escondia-se sob o slogan “*O Paiz é a folha de maior tiragem e de maior circulação da América do Sul.*” Quando em 1900 Quintino Bocayuva assume o cargo de presidente do Rio de Janeiro, o jornal passa a dar atenção particular ao Estado, aumentando o número de páginas em função dos anúncios, principalmente os oficiais. Os Atos Oficiais da Prefeitura passam a ocupar até 10 páginas do periódico. Sem passar a tiragem de 15 mil exemplares, mostrando baixa adesão junto à população, se comparado com o *Jornal do Brasil* (60 mil exemplares), o jornal não resiste às mudanças políticas do início dos 30. (BARBOSA, 2000)

Nestas circunstâncias, como pudemos observar no decorrer da pesquisa, Alvaro Reis se destaca na imprensa por seu trabalho, classificado como dedicado e proficiente, apesar dos obstáculos impostos pelo desprezo à assistência à infância:

Este jovem médico que já é uma das mais vivas esperanças da ciência, muito conceituado na sua grande clientela, é ainda um **gentleman** completo. Levou-nos a todas as dependências da Polyclínica, sobretudo nos dando minuciosas informações, que aqui mal reproduzimos. (A NOTÍCIA, 08 de maio de 1910, p. 3,)

Apesar de ser bem referenciado pelos jornais e pela própria *Educação e Pediatria*, por ter uma atuação marcante em favor da infância tendo como base a higiene e a pediatria, e por outros atores sociais com quem se relacionava, o aparecimento de Alvaro Reis nos documentos pesquisados e nas citações atuais deste período é escasso. Sendo assim, nos interessou compreender melhor sua atuação, suas redes de sociabilidade, suas contribuições para o campo médico, em especial o pediátrico, em um momento de legitimação deste.

Seguimos, então, para o próximo capítulo, enfrentando algumas questões: a) Quais as concepções de Alvaro Reis sobre a infância desvalida? b) Como se colocava em suas entrevistas, em seus artigos? c) Quais eram seus espaço de luta? d) Para quem direcionava seu discurso? e) Quem eram seus companheiros? f) Qual foi sua atuação nas áreas da higiene, da pediatria e da educação? g) Que concepções orientavam suas propostas para a educação escolar da população carioca?

Capítulo 2

Alvaro Reis, suas concepções, e as relações entre a Higiene, a Pediatria e a Educação

É no berço do indigente que se inicia o combate eficaz contra a criminalidade; é amparando a criança desde o seu nascimento, criando-a, educando-a, formando seu caracter em uma atmosphaera de trabalho, incutindo em seu espirito desde o começo de sua organização ideias sãs que se faz tornar-se util no futuro. (Reis, 1913, p. 357)

Neste capítulo, lançaremos luz à biografia do Dr. Alvaro Reis, sua atuação e suas concepções, expostas nos periódicos, tendo como fonte principal, a revista *Educação e Pediatria*, como espaço de luta e legitimação.

Afim de compreendermos melhor seus posicionamentos e temas de interesse abordados na revista, faremos uma análise de sua rede de sociabilidade, a partir das considerações de Sirinelli.

Mapeamos na *Educação e Pediatria*, os temas aos quais o médico higienista se dedicava, destacando a inspeção médico-escolar, a tuberculose, o aleitamento materno, a mortalidade infantil e os espaços adequados à reabilitação da infância.

2.1 Primeiro contato: o médico e educador nas páginas dos jornais

Seguimos agora voltando o olhar especificamente para o Dr. Alvaro Reis. Nascido em 1/2/1865, filho de um professor, Luiz Augusto dos Reis¹¹, e D. Amélia Narcisa de Souza Reis. Coursou o ensino secundário no Ginásio Nacional, hoje Colégio Pedro II. Em 1900 se formava em Ciências Farmacêuticas, e em Medicina, em 1904. Profissionalmente, atuou como médico e professor de *Hygiene* na Escola Quinze de Novembro, sob a direção de Franco Vaz, com quem fundou a revista *Educação e Pediatria*; foi diretor da Policlínica de Crianças da Santa Casa de Misericórdia, professor da Faculdade Fluminense de Medicina, chefe do gabinete do secretário geral de Saúde e Assistência do Distrito Federal e subdiretor de proteção à

¹¹ Professor público primário da Corte, muito conceituado à sua época. Conheceu experiências pedagógicas do Velho Mundo, em viagens de comissão. A respeito, ver os trabalhos de Pinto (2011) e Schueler, Gondra (2010).

Maternidade e à infância do Distrito Federal (dentre outros). Colaborou, ainda, significativamente, com a imprensa, trabalhando em diversos jornais, com Alcino Guanabara (SOBRINHO, 1940).

Sua atuação foi muito expressiva, assim como sua bibliografia – são mais de trinta artigos publicados em jornais (como *Jornal do Brasil*, *A Notícia*, *O Paiz*, *Jornal do Commercio* etc.), sem falar nas publicações em livros, memoriais e anais de congressos, e foi o fundador, ainda, da revista da Sociedade Brasileira de Pediatria, em 1923.

Durante o período de realização da pesquisa não foi possível encontrar toda a bibliografia indicada no Dicionário Biobibliográfico Velho Sobrinho, devido à imprecisão, por exemplo, das referências dos artigos de Reis publicados em jornais: somente o título e o ano são indicados, de forma que apenas um artigo foi encontrado: “Abrigo da Infância”, no jornal *O Paiz*, 29 de Fevereiro de 1916. Antes disso, porém, encontramos no Jornal *A Notícia* (1910), três matérias que envolvem o trabalho do médico - a primeira, em 8 de Maio de 1910, sobre a *Polyclinica* de Crianças, e as outras na Escola Quinze de Novembro, em 26 de Julho e 28 de Outubro de 1910, respectivamente.

Desta forma, foi através dos jornais que tivemos o primeiro contato com sua obra. Sempre muito elogiado por sua postura educada e atenciosa e exaltado pelo trabalho realizado, encontramos com um sujeito pouco referenciado nos documentos oficiais e trabalhos publicados sobre a infância no período estudado, mas exaltado pela imprensa.

Nestas visitas realizadas pelo jornal *A Notícia*, o trabalho do Dr. Alvaro Reis é sempre muito elogiado. Na Policlínica, o Dr. Fernandes Figueira pediu que Alvaro Reis guiasse a equipe do jornal pelo estabelecimento, e segundo o jornal

Este jovem médico que já é uma das mais vivas esperanças da ciência, muito conceituado na sua grande clientela, é ainda um **gentleman** completo. Levou-nos a todas as dependências da Polyclinica, sobretudo nos dando minuciosas informações, que aqui mal reproduzimos. (A NOTÍCIA, 05 de janeiro de 1910, p.3)

Durante a entrevista, Reis esclarece que o trabalho é, por vezes, exaustivo, pois eram cinco médicos para cerca de 200 atendimentos diários; o médico não só atendia as crianças, como também auxiliava as mães, investindo fortemente na difusão de informações sobre a higiene, que, de acordo com suas convicções, era fundamental para o cuidado na primeira infância. Seus textos e entrevistas expressam a

preocupação com a *hygiene infantil* enquanto fator decisivo para uma sociedade civilizada, e por isso mesmo, é inevitável a comparação com outros países, tidos como civilizados, como a França, por exemplo.

A relação entre a higiene e a educação, a esta época, como já vimos, era muito estreita. A prática médica dos *hygienistas* estava impregnada com a função educativa: era necessário educar, (in)formar a população, para que a profilaxia fosse constante, e a falta de higiene não mais fosse causa de tantas mortes, principalmente na infância. As mães precisavam destas informações, e não só o Dr. Alvaro Reis, mas também o Dr. Moncorvo filho, por exemplo, incorporavam a educação em sua prática, informando as mães a fim de que a vida das crianças fosse preservada através dos preceitos higiênicos.

Em Julho de 1910, um jornalista do jornal *A Notícia* visitou a Escola Quinze de Novembro. Neste dia memorável para a instituição, visitava também a escola o Presidente da República, Sr. Dr. Nilo Peçanha. Finalmente, depois de oito anos de apelos de seu diretor, o Dr. Franco Vaz, o Estado voltava o olhar à escola. O estadista percebe a situação difícil, “superada”, segundo a reportagem, com muito esforço de seus funcionários, e tece ao médico e professor de higiene, o Dr. Alvaro Reis, “palavras de louvor pelo modo por que dirige os serviços que lhe estão afetos” (*A NOTÍCIA*, 26 de Julho de 1910, p. 2).

A última matéria encontrada foi publicada em 28 de Outubro de 1910, após uma longa visita de uma equipe do jornal. A Escola, de caráter correccional, é narrada de forma, poderia-se dizer, poética: o bucolismo, a paisagem e o sossego são ressaltados. Temos então, de acordo com os ideais da época, todos os ingredientes necessários para a transformação dos *menores* internados. A narração continua, retratando o pai de Alvaro Reis, que o acompanhava: “Dos três o mais velho, o professor Luiz Reis, poeta imaginoso, não se conteve e entrou a deliciar-nos com a eloqüente narração das impressões que ai recebendo” (*A NOTÍCIA*, 28 de outubro de 1910, p.3). Os visitantes puderam ainda contemplar o trabalho realizados pelos alunos na olaria e na marcenaria da escola.

Nas matérias, os comentários positivos a respeito do médico em questão são constantes. Os visitantes congratulam-no pela *Carteira da Saúde*, recém-implantada para o registro de informações dos internos:

No prontuário destacamos a Carteira de Saúde, hábil trabalho do ativo médico da Escola, o Dr. Alvaro Reis. Não lhe podemos

recusar aqui os nossos cumprimentos pelo carinho, pela proficiência, com que se desempenha das suas funções. (A NOTÍCIA, 28 de outubro de 1910, p.3).

Na ocasião, Reis não participou de toda a visita, pois precisou atender seus pacientes.

O fato de já haver implantado uma carteira de saúde, em 1910, é um sinal do quanto Reis estava engajado na implantação da inspeção sanitária nas escolas. Segundo Paulilo (2007), as primeiras iniciativas em torno da estruturação da inspeção sanitária das escolas aconteceram em 1909, no Distrito Federal, e o serviço foi regulamentado apenas no final dos anos 20, após uma reforma da lei geral da instrução pública. Havia um modelo de ficha sanitária que

(...) estava constituído na Diretoria Geral de Instrução Pública desde antes de 1924, quando foi aplicado. Indicavam herança, moléstias anteriores do aluno, situação da família, causa mortis dos pais, condições de vida e idade. Em relação às informações sobre a saúde e o estado físico e mental da criança, constavam observações acerca da pele e couro cabeludo, dos olhos, da boca e dentes, do nariz e garganta, dos ouvidos, da coluna vertebral, esqueleto e articulações, do sistema linfático, respiratório e nervoso. O exame antropométrico ocupava seção especial de apontamentos. (PAULILO, 2007, p. 126)

Tal fato nos evidencia o protagonismo de Alvaro Reis frente às questões relacionadas à profilaxia, à higiene, ao controle no que tange a saúde das crianças então atendidas na Escola Quinze de Novembro. Na primeira edição da *Educação e Pediatria*, Vaz ressalta a importância da carteira de saúde:

(...) Não esqueceremos de realçar o valor da carteira de saúde do escolar, com seus melhores modelos, do conhecimento indispensável, por parte dos médicos e clínicos, da sua visão, da sua audição, do seu coeficiente de robustez ou índice de vitalidade, do estado de seus dentes e dos seus diversos órgãos, dos seus antecedentes, vícios ou anomalias, tudo, em summa, em que as suas condições orgânicas possam apresentar relações estreitas com o seu estado mental e com a sua aptidão pedagógica. (Vaz, 1913, p.20)

A seguir, veremos como estes e outros temas aparecem nos artigos do Dr. Alvaro Reis na revista *Educação e Pediatria*. Com que outros propósitos o médico higienista expunha suas ideias? Quem eram seus companheiros? A quem destinava seu discurso?

2.2 O papel impresso como espaço de luta, legitimação e rede de sociabilidade

Como é natural, para que nesse ponto a revista satisfaça os seus fins, ella acompanhará de perto com vivo interesse e registrará em suas páginas, com o comentário e a suggestão que merecer, tudo quanto nessa especialidade medica se fizer ou convier que se faça, no estrangeiro e entre nós, em relação á hygiene, á pathologia e á clinica infantis. (VAZ, 1913, p. 9)

Após o trecho supracitado, Reis é apresentado por Franco Vaz como o responsável pelos assuntos médicos relacionados à infância. E ainda no artigo *Nosso Rumo*, onde esclarece as diretrizes da revista, a importância da união entre a educação, a profilaxia, a higiene e a pediatria vai sendo exaltada e justificada, em um discurso salvacionista.

Cabe ressaltar que a revista não se tratava então de um periódico médico ou educacional, mas de uma junção destes, com o foco sobre as crianças moralmente abandonadas, constituindo-se em importante espaço de luta, não só para seus proprietários, como para os personagens que colaboravam escrevendo artigos para os periódicos. Um grupo de intelectuais envolvidos e atuantes nas causas relacionadas à infância, sua educação e saúde, e nas políticas públicas em favor da mesma. Sobre isso, Sirinelli nos diz que

Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar. (SIRINELLI, 1996, p. 128)

Tendo como colaboradores nomes como José Veríssimo, Evaristo de Moraes, Dr. Fernandes Figueira, Dr. Moncorvo Filho, Dr. José Bonifácio, Dr. Paulo de Frontin, Dr. Azevedo Sodré, notamos um grupo de homens ligados à literatura, à educação, à organização da imprensa, à pediatria e à assistência às crianças pobres. Segundo Gontijo

Investigar as sociabilidades significa seguir as trajetórias de indivíduos e grupos buscando mapear suas ideias, tradições, comportamento e formas de organização, de modo que seja possível caracterizar e compreender seus esforços de reunião e de afirmação de identidade em determinados momentos. Relacionar vida associativa e produção intelectual (que inclui realização e projetos, experiências e expectativas) permite ver as obras como elementos

constitutivos de e constituídos por um dado campo político-cultural. (GONTIJO, 2005, p. 277 *apud* TEIXEIRA, 2016, p. 26)

Em nosso caso, não interessa aprofundar a investigação sobre a rede de sociabilidade de Reis. O que queremos é localizá-lo, compreender o contexto no qual estava inserido. Apesar do discurso conciliador de Vaz, no *expediente* do primeiro número da revista, não nos parece que tenha passado pela revista colaboradores com ideias distintas das de seus proprietários. *Educação e Pediatria* figurava, destarte, como mais um periódico buscando a legitimação de ideias correntes em um determinado grupo, estruturando um campo intelectual, como diz Sirinelli:

As revistas conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão – pelas amizades que as subentendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem - e de exclusão – pelas posições tomadas, os debates suscitados e as cisões advindas. Ao mesmo tempo que um observatório de um primeiro plano da sociabilidade de microcosmos intelectuais, elas são aliás um lugar precioso para análise dos movimentos das ideias. (SIRINELLI, 1996, p. 249)

Embora o autor esteja se referindo a questões históricas sobre os intelectuais no contexto francês no século XX, suas palavras parecem descrever o que acontecia no momento enfocado em nossa pesquisa. Além de ser “um lugar precioso para análise dos movimentos das ideias”, a revista também foi um espaço de sua divulgação e legitimação, o que sem dúvida contava com a colaboração de nomes famosos de determinados campos.

Ao mapear os artigos do Dr. Alvaro Reis na revista *Educação e Pediatria* ao longo de sua existência, identificamos alguns temas aos quais se dedicava, fosse em seu trabalho ou em seus estudos: inspeção médico-escolar, tuberculose, aleitamento materno, mortalidade infantil e espaços adequados à reabilitação da infância desvalida.

2.3 Inspeção médico-escolar

O movimento em prol do cuidado com a saúde dos escolares já circulava pela Europa desde a metade do século XIX. Em 1903, no Congresso Internacional de Higiene e Demografia, foi aprovada a “criação da inspeção médica nas escolas, a qual deveria ser feita sistematicamente por pessoal competente, abrangendo um conjunto

de atribuições, a fim de assegurar a preservação da saúde dos escolares.” (ROCHA, p. 373, 2015).

Tal processo foi importante para a institucionalização dos serviços de inspeção médica no interior das escolas, difundindo o movimento higienista mundo afora. A escola foi sendo constituída, então, como esfera privilegiada de ação, com o objetivo de prevenir e refrear a disseminação de doenças, salvaguardando o desenvolvimento das crianças, sujeitos que enfim poderiam construir uma nova nação.

Logo a necessidade da Inspeção Sanitária Escolar chega ao Rio de Janeiro:

Alicerçado na visão de que cabia à ciência orientar as transformações sociais, bem como na compreensão sobre o papel fundamental do médico nessa cruzada civilizadora, Moncorvo Filho propôs, em 1909, ao prefeito Inocêncio Serzedello Corrêa, a criação de um Serviço de Inspeção Sanitária Escolar para o Distrito Federal. A proposta organizava-se a partir da intenção de que o Serviço envidasse esforços no sentido de alargar o campo de atuação sobre a infância, irradiando os preceitos higiênicos necessários a um público mais amplo do que o assistido pelo IPAI. Com esse intuito, pretendia-se atuar sobre as escolas e os escolares, fornecendo orientações médicas quanto à organização e às práticas escolares (CAMARA, 2013, p. 63)

Encontramos também, na própria *Educação e Pediatria*, uma nota, em um registro histórico sobre o Instituto de Proteção à Infância, na qual o médico afirma: “Por minha influencia na propaganda do Instituto, foi que o eminente prefeito General Serzedello Correia organisou em 1910, o Serviço de Inspeção Sanitária Escolar, da qual fui um dos chefes.” (MONCORVO FILHO, 1910, p. 342)

De acordo com as pesquisas realizadas por Sônia Camara (2013), o grupo de médicos do IPAI, liderado por Moncorvo Filho, colaborador da revista, lançava seus olhares para as questões sociais como um todo a partir dos saberes e prescrições médicos, reconhecendo e atuando sobre os problemas que englobavam a vida das classes trabalhadoras, em especial da infância. Era necessária, então, que as condições de vida dessas populações fossem modificadas através da higiene e da educação. Entretanto, a medicina seguia ocupando um lugar, podemos dizer, superior, que seria primordial para o trabalho pedagógico. Sendo assim, segundo Paulilo (2007)

No Distrito Federal, desde 1916 os serviços de inspeção médica juntaram-se aos cadastros de matrícula na tarefa de identificar as condições sociais e de saúde das crianças cujos pais procuravam a

escola pública, A organização da inspeção médica escolar por Azevedo Sodré em 1916 foi consolidada na Diretoria Geral de Instrução Pública por Afrânio Peixoto em 1917 (...) (PAULILO, 2007, p. 124)

Interessante ressaltar o empenho de Reis nesse sentido. Como vimos, em 1913 já havia a Carteira Escolar na Escola Quinze de Novembro, com o objetivo de esquadrihar, estabelecer parâmetros e auxílio indispensável ao desenvolvimento dos escolares e ao trabalho do professor. Franco Vaz, diretor da Escola citada, defendeu no espaço da revista a disseminação da higiene escolar para todos os tipos de estabelecimentos educacionais:

O problema pedagogico, em todas as suas interessantes e hoje admiraveis modalidades, fará objeto permanente de nossas cogitações. Empreendemos esforços para que a hygiene escolar, essa preciosa arma de prophylaxia individual e social, seja generalizada a todos os institutos de educação e ensino, com as variantes impostas pelas suas condições diferentes e não às escolas primárias unicamente (...) (Vaz, 1913, p. 19 e 20)

Como podemos observar, já no primeiro artigo da *Educação e Pediatria* a defesa da presença do médico e do controle da higiene escolar já aparece, deixando clara que as questões relacionadas à inspeção médico-escolar faziam parte da agenda pública da revista (CRUZ; PEIXOTO, 2014).

Também no primeiro número de *Educação e Pediatria*, Reis nos brinda com um artigo intitulado *Atrasados escolares*, que é iniciado com a notícia das escolas já existentes, na Europa, para crianças “cujo desenvolvimento intellectual estava em atraso, não correspondendo ao que devêra ter em sua idade.” (REIS, 1913, p. 35)

A comparação constante com a Europa, modelo da tão almejada civilização, além do papel de normatização social, parece-nos servir também, no caso, como ferramenta de legitimação das ações propostas por uma parcela de médicos e educadores. Afinal, se estava acontecendo na Europa, era fundamental que acontecesse aqui também, porém, sem incidir numa transposição de ideias e práticas. Estes sujeitos atuavam profissionalmente nos campos médico, assistencial e educacional, analisavam suas condições recorrendo a várias fontes, se apropriando de modelos estrangeiros calcados na realidade que conheciam.

As escolas destinadas às crianças atrasadas não eram a tônica do artigo de Reis (1913). O que se estava propondo, como veremos, era que tais crianças fossem

devidamente diagnosticadas e classificadas: logo era necessária a inspeção médico-escolar, e isso vai ficando claro, a medida em que o texto segue:

De um lado, temos o estado mental perfeitamente normal, havendo somente atraso escolar, por causas diversas a que é completamente alheio o estado psychico. De outro, temos o *verdadeiro atrasado*, em que o estado mental representa um *deficit* psychico, ou por causas diversas que o exame medico cuidadoso facilmente aponta ou por influencias de taras nevropathicas que devem ser assignaladas.” (REIS, 1913, p.36)

Ele classifica então os atrasados escolares em falsos ou verdadeiros; falsos seriam aqueles cujo atraso estaria relacionado a questões de ordem social ou familiar, sem que, de forma mensurável, tivesse uma questão psicológica envolvida. O verdadeiro seria aquele que apresentasse um déficit cognitivo, que seria diagnosticado através de um “exame médico cuidadoso” para lhes compreender as causas.¹²

Ao longo do texto, Reis trata do assunto citando diversos autores estrangeiros, legitimando sua posição. Ele valoriza e legitima a necessidade do médico na escola, afinal, após a descrição da complexidade de fatores que podem envolver um atrasado escolar, apenas o médico seria capaz de diagnosticá-lo e oferecer um tratamento adequado, separando os normais dos anormais, os sadios dos doentes, e

É para o que se tornam mister installações especiaes, de forma a dar-lhe ao lado do regimen medicamentoso, a ministração do ensino de accordo com o seu estado mental. É a collaboração intima e imprescindivel entre o médico e o educador. (REIS, 1913, p. 40)

Tal separação se dava de acordo com uma série de critérios e concepções. A Carteira ou Caderneta de Saúde serviam para o registro e acompanhamento da condição física, psíquica e pedagógica dos escolares. E é preciso considerar que

A pediatria nascente seria informada por pressupostos que visavam à valorização de proles consideradas mais saudáveis, a veiculação de práticas e hábitos sociais em consonância com os padrões estéticos e fisiológicos considerados ótimos e a partir da valorização de tipos ideais de crianças, tomadas em perspectiva e

¹² Nesse mesmo ano, Basilio de Magalhães (1913) publicou o livro em que discute as classificações sobre as chamadas crianças anormais. A obra circulou por bibliotecas, redações de jornais e instituições educacionais da cidade, como a Casa de São José, destinada a abrigar e educar meninos órfãos e pobres, na faixa dos 6 aos 12 anos.

alçadas à condição de modelos de saúde, robustez e superioridade eugênica. (PEREIRA, 2006, p. 148)

Portanto, conforme as informações trazidas pela autora, era a partir de modelos ideais de bebês, promovidos por concursos de robustez, impondo um padrão de saúde e beleza, que as avaliações médicas eram pensadas. E por que a robustez era importante? Porque

Os eugenistas difundiram, no início do século, ideais de robustecimento físico via promoção de uma educação física pautada em moldes específicos: a ideia básica era a de que a educação física masculina fortaleceria os traços de robustez e força; tornaria o corpo ágil e forte, afastando-o dos perigos do ócio, do comunismo e da fealdade. (PEREIRA, 2006, p. 140).

Era a receita para a formação de trabalhadores fortes e úteis de que a república nascente tanto precisava. Sendo assim, de acordo com Pereira (2006, p. 140), a sugestão dos eugenistas à classe médica, como o médico “Gustavi Riedel, eugenista e titular da Academia Nacional de Medicina” era a de que os indivíduos que não se encaixassem nas características desejadas, deveriam ser esterilizados e/ou confinados em instituições apropriadas. Alvaro Reis, ainda em *Atrazados Escolares*, destaca que a única instituição no Brasil que possuía, à época, um pavilhão com serviço apenas para anormais: o Bourneville, do Hospital de Alienados, dirigido pelo Dr. Fernandes Figueira, deixando claro, ao final do texto, que ainda havia muito a ser feito.

Já no segundo número da revista, em *A tuberculose e a escola*, o autor inicia o artigo levantando a bandeira da Inspeção: “um dos melhores fructos a colher da inpecção medica das escolas é, sem dúvida, a prophylaxia da tuberculose” (REIS, 1913, p. 105).

Ele novamente ressalta a importância de um “diagnóstico nem sempre fácil”, e indica ainda a alta taxa de mortalidade infantil decorrente da tuberculose: cerca de quarenta por cento. Reis embasa esse dado em alguns autores estrangeiros, apresentando estatísticas de suas pesquisas, e compara estas com as do Dispensário Moncorvo e o Instituto de Proteção à Infância, dirigidos por Moncorvo Filho.¹³

Embora ele considere que a infecção geralmente é anterior à entrada da criança na escola, é inegável que a escola é um local de contágio potencial. Ele expõe

¹³ O recurso à estatística como prova e como legitimação dos argumentos construídos em torno dos problemas da infância ocorre em muitos artigos da revista, notadamente naqueles que tratam da criminalidade e mortalidade infantis, e dos dedicados à causa da expansão da instrução primária. Sobre os usos das estatísticas educacionais, ver GIL (2007).

os professores enquanto sujeitos vulneráveis por dar aulas falando muito e para muitas crianças, além do fato de muitos ainda estudarem na Escola Normal, no curso noturno (exatamente onde há a maior incidência de professores com tuberculose).

Tratando da importância do diagnóstico precoce, apresentando alguns métodos possíveis de serem utilizados, Reis cita a Carteira de Saúde da Escola Quinze de Novembro:

Na Escola 15 de Novembro entre nós está adoptada uma *Carteira de Saude* em cuja organização tivemos ocasião de collaborar, na qual são assinalados os resultados obtidos com a cuti-reação de Von Piquet. Seja-nos permitido registrar que não conhecemos outra ficha escolar que apresente semelhante prova. (REIS, 1913, p. 109)

Ele defende que as crianças com tuberculose deveriam frequentar as escolas no campo, ao ar livre, e comenta sobre os Institutos médico-pedagógicos, que seriam instituições específicas para crianças acometidas por doenças psíquicas ou infectocontagiosas, “já divulgados hoje em quasi todos os paizes civilizados e funcionando com florescentes resultados na República Argentina e no Uruguay.” (REIS, 1913, p.110).

Reis salienta a importância da higiene elementar para a profilaxia da tuberculose, sustentando as aulas de higiene como uma notável medida para sua prevenção:

Em nossa Capital, tudo está para fazer. Só a Liga contra a Tuberculose e agora o illustrado e competente Director de Saude Publica tem enveredado pelo terreno da propaganda, por meio de conferencias e pela distribuição de cartões-postaes, contendo preceitos de prophylaxia contra a tuberculose. Não basta. É urgente que o ensino anti-tuberculoso faça parte dos programas escolares, é imprescindivel que a criança aprenda na escola noções elementares de hygiene e só assim se poderá formar uma geração aguerrida e forte para um combate efficaz contra a tuberculose. (REIS, 1913, p. 112)

O médico higienista, professor de higiene da Escola Quinze de Novembro, claramente faz da *Educação e Pediatria* um espaço de luta, que dá voz a um determinado grupo de intelectuais, construtor de um tempo/espaço, em busca de legitimação e consolidação de seus campos de atuação.

Na edição de outubro de 1913 da revista, Moncorvo Filho tece notas sobre o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro. No artigo *Proteção*

da Infancia no Brazil, assim como Reis, ele destaca a relevância da propaganda da higiene infantil junto às “mães pobres”:

Uma das partes mais importantes e mais uteis do programma de nossa instituição é, sem duvida a que se refere á propaganda, muito extensa, que fazemos da hygiene infantil entre as mães pobres, em sua maioria muito ignorantes e mesmo a maior parte analphabetas.

Trinta e uma conferencias especiaes, feitas em linguagem ao alcance de toda a gente e publicadas avulsos, tiveram suas abundantes edições desde logo esgotadas. Conselhos verbaes são reiteradamente dados ás famílias que frequentam o estabelecimento. (MONCORVO FILHO, 1913, p. 336)

E seguindo o texto, ele apresenta um fac-símile do *A.B.C. das mães*, que é distribuído pela instituição, no qual são apresentadas diversas instruções sobre a amamentação, aleitamento artificial, alimentação sólida, higiene, proibição de ingestão de bebidas alcoólicas pelas crianças, proibição da chupeta, e sobreleva o papel da higiene e da profilaxia enquanto sendo o papel do “*medico de creanças*”, acrescentando ainda que “a hygiene infantil bem dirigida consegue maior robustez das creancinhas” (MONCORVO FILHO, 1913, p. 338)

Isto posto, fica ainda mais evidente que havia um público que se buscava atingir e modificar. Tais políticas de controle e higienização das escolas e instituições de assistência tinham como público alvo a classe operária, os excluídos (perambulantes, mendigos) e seus filhos, conforme discutiremos a seguir.

2.4 O problema do berço: o “mal que se advinha” se estende aos lactantes

No artigo *O berço*, publicado na quinta edição da *Educação e Pediatria*, Alvaro Reis se refere a conferências realizadas na Biblioteca Nacional, pelos Drs. Ataulpho de Paiva e Fernando Magalhães, citando-as como um prêmio em meio a uma realidade tão desprovida de “costumes e moral” (REIS, 1913, p. 356). Tais conferências eram dedicadas às questões relacionadas à Assistência. Ataulpho, jurista, falou especificamente sobre criminalidade e perversão dos costumes, enquanto Fernando de Magalhães, médico, dissertou sobre o

problema da maternidade cuja defesa brilhantemente fez, mostrando a necessidade imperiosa e urgente de se cuidar da protecção e da assistencia à mulher grávida, para que não cheguemos a ter apprehensões sobre o futuro de nossa

nacionalidade como acontece em alguns países da Europa. (REIS, 1913, p.356)

Reis associa os temas dos dois conferencistas, relacionando a “questão moral da criminalidade” ao “problema da maternidade (...) vendo na cifra temerosamente crescente de mortinatalidade”, alegando que o problema, em ambos, é o berço, resultado das heranças atávicas e do meio social pernicioso:

Que temos nós, em nossa organização social que ampare o berço? Que assistência temos para os infelizes nascidos em uma atmosphera perniciosa e que têm o osculo primeiro, humedecido pelas lagrimas da miséria? A permanencia no mesmo local onde foram gerados, no mesmo ambiente asphyxico onde sentiram no primeiro dia de vida a rudeza e aspereza da enxerga nauseante, a educação licenciosa dos primeiros annos, formação de um carater eivado de maldade e torpes idéas... E o desgraçado cuja concepção o estigmatiza de perversidade, que traz o vicio da sua karyokinese inicial, se cria e se educa na mesma escola: continuando a tradição heroica do atavismo, terá também de ser um viciado. É um tarado, dizem todos, porque assim preferem excusar os poderes públicos da relaxação, no menosprezo pelos problemas relevantes que lhe compete, de prophylaxia social.

Na proteção á mulher gestante, no amparo ao nascituro desprotegido e á creança moralmente abandonada se alicerça efficientemente a fundação de uma sociedade sadia (REIS, 1913, p. 356 e 357)

Sociedade sadia esta, que dependia de uma família física e moralmente sã, distante dos vícios da degenerescência, pois esses, quando passados de geração em geração, seriam o grande entrave para a construção da república civilizada. Era urgente a assistência na luta contra a criminalidade e pelo futuro da nação:

É no berço do indigente que se inicia o combate efficaz contra a criminalidade; é amparando a criança desde o seu nascimento, criando-a, educando-a, formando seu character em uma atmosphera de trabalho, incutindo em seu espirito desde o começo de sua organização ideias sãs que se faz tornar-se util no futuro. (REIS, 1913, p. 357)

Seguindo o texto, Reis aponta novamente para o descaso do Estado (agenda pública importante e constante nos artigos da *Educação e Pediatria*), que após receber a mãe em uma maternidade, segundo ele “sem duvida, regularmente installadas e competentemente dirigidas” (REIS, 1913), fecha suas portas para a *pobre mãe* sem a assistência necessária. Ele segue falando de sua admiração pelas mães pobres, e do

sofrimento de ter que deixar seu filho em uma casa de assistência. Mães pobres estas que devem estar atentas aos homens que lhes aparecem seduzindo-as, para depois deixar-lher ao relente com um bebê.

Enfim, ele expõe a experiência francesa no amparo às mães e bebês (ilustrado por diversas fotografias ao longo do artigo), e finaliza:

A criança é um capital productivo. Em toda a parte, em todas as sociedades bem constituídas, a criança pobre é objeto constante de ininterrupta solicitude dos poderes publicos. Entre nós, enquanto se cogita da instalação moderna e luxuosa de um hospital para animaes, as criancinhas abandonadas não recebem um conforto, um carinho do Estado, que mais tarde delas se ha de aproveitar, quando não seja para applicar-lhes os severos castigos de madrasta cruel. (REIS, 1913, p. 361)

2.5 a mortalidade infantil e o aleitamento materno

A mortalidade infantil e o aleitamento materno são temas que aparecem com certa frequência nas discussões situadas na revista *Educação e Pediatría*.

Destacaremos aqui o tema da mortalidade infantil, especialmente retratado em uma entrevista realizada na seção “Inqueritos e Entrevistas”, afim de situar o posicionamento do periódico perante uma questão que, segundo entrevistador e entrevistado, era universal e afetava “a formação de uma nacionalidade”.

Dizendo de perto com a formação de uma nacionalidade, a mortalidade infantil é, pode-se afirmar, um problema universal, que preocupa em todos os paizes os sociologos, os legisladores, os estadistas. (REIS, 1914, p. 120)

Observa-se que nesse caso, a revista publicou uma fotografia de Reis entrevistando o pediatra Fernandes Figueira, seu supervisor na Policlínica de Crianças. Reis aparece no primeiro plano, porém atento ao seu mestre, cuja posição se volta para o fotógrafo (não identificado). A legenda da foto reforça os laços de amizade e solidariedade entre Reis e Vaz, chamado de “o nosso companheiro Dr. Alvaro Reis...”



Fonte: EDUCAÇÃO E PEDIATRIA, ano 2, n. 11-19, p. 120-126, abr./dez.1914.

Desta forma, em 1914, na publicação referente aos números 11 ao 19 do periódico, a seção *Inquéritos & Entrevistas*, com o título *Mortalidade infantil*, traz como interlocutor de Reis o Dr. Fernandes Figueira.¹⁴ Introduzindo a entrevista, logo no começo do texto, o teor de descontentamento com relação à postura do Estado novamente se faz presente na escrita do médico higienista.¹⁵ Alvaro Reis, comparando a realidade brasileira à de outros países, afirma que aqui não havia mais que

¹⁴ Médico e colaborador da revista, Fernandes Figueira “nasceu no Rio de Janeiro em 1863. Estudou na Faculdade Nacional de Medicina e iniciou sua carreira como clínico em Lage de Muriaé, no interior do estado do Rio de Janeiro. Em 1903, publicou sua célebre obra *Elementos de Semiologia Infantil*, que projetou seu nome mundialmente. No mesmo ano, foi admitido como titular da Academia Nacional de Medicina. Em 1909, foi convidado para dirigir a Policlínica de Crianças, que mais tarde se tornou a Escola de Pediatria. Em 1910, fundou a Sociedade Brasileira de Pediatria. Em 1921, assumiu a chefia da Inspetoria de Higiene Infantil, do Departamento Nacional de Saúde. Sua gestão culminou com a instalação do Abrigo-Hospital Artur Bernardes, atualmente Instituto Fernandes Figueira. Foi autor de significativa obra literária e historiográfica, além de membro de diversas associações médicas e pediátricas no Brasil e no exterior.” (Informações retiradas do site da Sociedade Brasileira de Pediatria. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/institucional/galeria-de-presidentes/antonio-fernandes-figueira/>. Acesso em: 07/07/2016.)

¹⁵ Transcrição da entrevista com Dr. Fernandes Figueira.

“infructíferas discussões na Academia Nacional de Medicina, em theses de doutoramento, em algumas monographias” (REIS, 1914, p. 120), ratificando a falta de comprometimento das autoridades responsáveis por possíveis medidas cabíveis para a diminuição da taxa da mortalidade infantil.

No contexto de crescimento da população citadina, como já vimos anteriormente, doenças infectocontagiosas, epidemias e os conhecimentos relacionados à higiene ainda incipientes e pouco divulgados entre a população, possuíam nexos com a crescente taxa de mortalidade infantil. A questão era uma das que mais preocupavam o Dr. Fernandes Figueira, que afirma não ser novo o problema:

De facto tenho estudado o assumpto com interesse, como faço com todos os que dizem de perto com o problema que reputo capital em todas as sociedades constituídas – a criança. De resto, o problema não é novo. Já há uns bons 30 annos o professor West advertia aos jovens clinicos que um terço dos seus doentes seria recrutado na tenra idade, e que desse terço, um por cinco sucumbiria antes de completar um anno de idade. Como o professor West, eu reputo os mais importantes e os mais perigosos do itinerario humano os primeiros 12 aos 18 meses da existencia. É, pois, dentro dessas fronteiras que é preciso buscar as causas características da mortalidade infantil. (FIGUEIRA apud REIS, 1914, p. 121, 122)

Pereira (2006), mostra-nos que a responsabilidade sobre a alta taxa de mortalidade, desde os idos do Império, era direcionada às famílias: sua ignorância frente aos preceitos higiênicos e morais, seus hábitos e suas práticas sociais eram julgados e condenados, bem como a prática de tratamentos alternativos, e a ausência do tratamento médico, desde o início das afecções.

Neste caso, como na implantação da inspeção médico escolar, o médico ocupa um lugar privilegiado e insubstituível. Apenas ele poderia evitar a morte, caso procurado ainda no início da doença. Seu papel é assim realçado como fundamental para a sobrevivência das crianças, e sua ausência marca a possibilidade da morte. (PEREIRA, 2006).

Quando questionado por Reis acerca das causas, o aclamado médico responde:

As causas são múltiplas e de natureza complexa. A fraqueza immanente a seu organismo, tão necessitado de protecção e carinho, junta a criança a falta de defesa propria quanto as injustiças sociaes. A criança é hoje victima das contingencias da civilização à outrance. Já em 1902, segundo a estatística do professor Serabia e Pardo, o Brasil occupava o 4º lugar, o que não deixa de ser honroso para o nosso paiz. (FIGUEIRA, 1914, p.122)

E então apresenta uma série de estatísticas, comparando o Brasil com diversos países europeus e os Estados Unidos. Otimista, o Dr. Alvaro Reis afirma já terem havido à época progressos relacionados à higiene infantil, e à divulgação de preceitos de puericultura, o que teria já, de certo, modificado tal resultado. Mas segundo os estudos realizados pelo entrevistado, “de 1899 a 1907, apesar dos tais progressos da higiene infantil, a cifra foi superior a do decênio de 1859 a 1868.” (FIGUEIRA *apud* REIS, 1914, p. 123). A tais cifras, são atribuídos o crescimento da cidade, a grande concentração de pessoas, e a falta de saneamento básico.

Sobre a utilização de estatísticas, Pereira (2006) afirma que

Na medicina, a estatística, em especial a estatística de doenças e de mortalidade, viria a ancorar uma série de proposições de intervenção social e que previam mudanças nos perfis profissionais. Mais que isso, a estatística também colaboraria, naquele contexto, para criar novas percepções da realidade, evidenciando dados que, até então, não eram conhecidos, nem valorizados ou, mesmo, desconsiderados nos universos médicos. Esse parece ser o caso da mortalidade infantil, tida por vezes como dado natural, mas transformada, no decurso do século XIX, pelos menos na linguagem médica, em problema contra o qual a sociedade deveria agir. (PEREIRA, 2006, p.72)

Tal estratégia também atende à necessidade de legitimação do campo da pediatria, do qual a revista em questão sem dúvida também se ocupa. As estatísticas do país são contrastadas com a de outros países, justificando a necessidade de expansão do atendimento médico devidamente capacitado. (PEREIRA, 2006)

Segundo, o médico discorre sobre o primeiro e assombroso lugar ocupado pelo país na estatística correlata à mortalidade, problema ao qual poucos recursos eram destinados e que, em suas palavras, “nos colloca em posição de humilhante inferioridade a todos os povos.” (FIGUEIRA *apud* REIS, 1914, p. 123). Fernandes Figueira discursa, então sobre variadas possibilidades que deveriam ser consideradas, para além do excesso de trabalho (que era justificativa quando da escravidão), da sífilis, do alcoolismo e da tuberculose.

Mais uma vez, compara o Brasil a alguns países centrais da Europa, nos quais a vida urbana é mais intensa, a densidade populacional é maior, entretanto a taxa de mortalidade é menor. Informa ter-se atribuído tal problema ao *cruzamento das raças*, para em seguida esclarecer que tal hipótese foi descartada por Dr. Frederico

Falk (FIGUEIRA *apud* REIS, 1914, p. 123, p.124). Figueira, ancorado no repertório do conhecimento médico internacional, se posiciona frente aos debates que recorriam às teorias raciais em circulação para explicar os males que afligiam a nação.

Ele enfatiza em sua entrevista os aspectos sociais que atingiam a infância, apresentando soluções como a assistência à que chama de maternidade ilegítima, que favorece a mortalidade ou o abandono da criança, como podemos observar no trecho em que defende a criação de institutos para proteger os filhos das mulheres pobres:

É preciso fundar institutos destinados a criação de crianças que podem ali ter entrada trazidas por qualquer pessoa sem que seja obrigada a prestar esclarecimentos de qualquer natureza, podendo, entretanto, receber um cartão com o registro da mesma criança. Em todos os países há inúmeras associações destinadas a proteger a mulher pobre grávida, proporcionando-lhe a necessária assistência antes e depois do parto. (FIGUEIRA, 1914, p. 124)

Versando ainda sobre a mortalidade das crianças de 0 a 1 ano, fica claro o posicionamento que, como vimos anteriormente, era o mesmo defendido por Ataulpho de Paiva, relacionado à assistência: era necessário apoiar e promover a iniciativa particular “sempre solicita em socorrer em auxílio dos desprotegidos” (FIGUEIRA *apud* REIS, 1914, p.125), uma vez que não seria possível para o Estado cumprir tal papel da forma que se forjava necessário. As relações público-privado na educação e na assistência à infância constituíram um importante debate nesse período.¹⁶

Apontando para as doenças do aparelho digestivo como principal causador da morte de crianças na primeira infância, ele afirma a necessidade de consultórios de higiene e postos de leite espalhados pela cidade, e ainda a criação de creches nas fábricas, recaindo a causa, por fim, nas criadeiras e amas de leite. Indiretamente, o médico ressalta a importância do aleitamento materno, criticando os médicos que facilmente aconselhavam o desmame, afirmando ser “A garantia oficial (...) um incentivo às mães abastadas a deixar de aleitar o filho” (FIGUEIRA *apud* REIS, 1914, p. 125)

O aleitamento materno também era assunto de grande interesse da revista, não apenas por conta da mortalidade infantil; havia um interesse em promover “valores de

¹⁶ A respeito, ver o trabalho de RIZZINI, MARQUES & MONÇÃO (2015).

vigor e vitalidade, que estariam postas sob controle e vigilância médicos ” (PEREIRA, 2006, p.147):

A associação entre doença e magreza, saúde e robustez mediou o conhecimento médico durante muito tempo. Essas concepções embasaram práticas de alimentação que visavam tornar as crianças fortes, robustas e com aparência de bem nutridas. (PEREIRA, 2006, p. 165)

Por circunstância da tramitação no Congresso do projeto de lei que reformaria os serviços de Assistência Pública, e regulamentaria a aleitação mercenária, a revista *Educação e Pediatria*, realizou uma série de entrevistas, em sua seção *Inqueritos e Entrevistas*, a partir da edição de julho de 1913, para levantar opiniões qualificadas a respeito do tema.

Nesta edição, Reis afirma que era do conhecimento de todos que uma divergência de opiniões entre os pediatras, como podemos observar abaixo.

Ha mestres conspícuos de pediatria que julgam um erro essa medida, receando que ella possa concorrer para facilitar a pratica da aleitação mercenaria, argumentando que a garantia official de uma boa ama de leite é um convite á retirada do seio materno, acrescendo que pôde concorrer tambem para que as mães pobres mas sadias deixem de amamentar seus filhos para vender o leite que lhes pertence. (REIS, 1913, p. 125)

Dando prosseguimento, o médico higienista se posiciona a favor da fiscalização da aleitação mercenária e justifica sua opinião, ressaltando que apesar das suposições acima, as amas mercenárias eram, muitas vezes, a única opção de sobrevivência para crianças cujas mães não as podiam amamentar. Logo era necessário que tal assistência se desse de forma regulamentada afim de garantir a segurança das crianças submetidas a esse tipo de cuidado. (REIS, 1913)

Em relação aos possíveis filhos das amas, ele recorda o projeto de lei apresentado ao 5º Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia, “assinado pelos Drs. Moncorvo Filho, Pinto Portella, Carlos Costa e Nogueira Paranaguá” (REIS, 1913, p. 126), que propunha uma série de medidas afim de assegurar as crianças (fossem as necessitadas de uma ama, fossem os filhos da ama).

Ele finaliza esta parte do texto, afirmando que “Em todo caso, o problema é complexo, de natureza mais social que médico e sobre o qual divergem as opiniões.”

(REIS, 1913, p. 127). E para autenticar a proposta, afirma ser o inquérito inspirado nas grandes revistas europeias.

Eis as perguntas:

- A) A aleitação mercenaria deve ser fiscalizada?
 - B) A garantia oficial de uma boa ama de leite pode concorrer para facilitar a aleitação mercenaria com prejuizo da aleitação materna?
 - C) Sob o ponto de vista pratico, é possível evitar o sacrificio do filho da nutriz que vende seu leite?
- (REIS, 1913, p.127)

Desejoso de saber a opinião de diferentes profissionais acerca do assunto, Reis pede que enviem para a revista as respostas para tais perguntas, de forma breve e objetiva.

As respostas começam a chegar em outubro de 1913, na quinta edição da revista. Reis expressa a satisfação por ter havido grande interesse, mas adverte que a disponibilidade para as respostas seria encerrada no número seguinte. As repostas a ilustrarem primeiro as páginas da revista são as do Dr. Moncorvo Filho, que é a favor da fiscalização, e se utiliza dos dados estatísticos (referentes ao período entre 14 de julho de 1901 à 31 de dezembro de 1911) do Serviço de exame e atestação das amas de leite do Dispensário Moncorvo para legitimar sua opinião. O Dr. Mello Leitão compartilha a opinião de Moncorvo: a aleitação mercenária deve ser “rigorosamente fiscalizada” (LEITÃO *apud* REIS, 1913, p. 365).

Nas edições de novembro e dezembro, publicadas de uma só vez, Reis nos apresenta as respostas de Dr. Almeida Pires, chefe do serviço de amas de leite do Dispensário Moncorvo, e Dr. Deocleciano dos Santos, assistente do Hospital de Crianças, ambos favoráveis à fiscalização da aleitação mercenária.

O que verificamos, é um posicionamento único: a defesa da fiscalização médica das amas de leite foi um consenso entre o grupo que participou do inquérito. Fica explícita a mobilização de uma rede de sociabilidade profissional constituída em torno da assistência médica-higiênica à infância.

As lutas de Reis se davam em conjunto, lado a lado com outros atores engajados nas mesmas causas, lado a lado com nomes que são ainda hoje exaltados por suas eméritas obras em favor da infância pobre.

2.6 Médico higienista, pediatra e professor: as lutas de Reis

A relação entre a higiene e a educação, a esta época, como já vimos, era muito estreita. A prática médica dos higienistas estava impregnada com a função educativa: era necessário educar, (in)formar a população, para que a profilaxia fosse constante, e a não adoção dos preceitos higiênicos não mais fosse causa de tantas mortes, principalmente na infância. As mães precisavam destas informações, e não só o Dr. Alvaro Reis, mas também o Dr. Fernandes Figueira e o Dr. Moncorvo Filho, por exemplo, traziam a educação em sua prática, informando as mães a fim de que a vida das crianças fossem preservadas através dos preceitos higiênicos.

Reis, como era comum na configuração do campo intelectual à sua época, apresenta em seus artigos à revista uma íntima associação à sua vida profissional, exercida tanto na instituição médica (Hospital de Crianças), onde era assistente de Fernandes Figueira, quanto na educacional (Escola Quinze de Novembro), onde era professor de higiene, sob a direção de Franco Vaz.

Durante a entrevista concedida para o jornal *A Notícia*, em 1910, ele afirma ser exaustivo seu trabalho na Policlínica, uma vez que dividia com quatro médicos cerca de 200 atendimentos diários, e para além do atendimento às crianças, atendia também as mães, investindo de forma contundente na divulgação de informações sobre higiene, considerada essencial para preservar a saúde durante a primeira infância.

As lutas de Reis sem dúvida passam por seu trabalho árduo diário, como médico higienista, pediatra e professor, elogiado nos artigos presentes nos jornais *O Paiz* e *A Notícia*, entre outros. Infelizmente não tivemos acesso, pelo menos por hora, devido às limitações desta pesquisa, a mais detalhes e informações sobre sua prática. Entretanto, além das matérias no jornal, a revista fundada em parceria com Franco Vaz esclarece-nos não só acerca de suas convicções, como também da rede de sociabilidade a qual pertencia.

A revista *Educação e Pediatria* constituiu-se também como espaço de luta. Espaço este que, de forma original, uniu a educação e a pediatria, dois pilares para a construção da nova sociedade, do futuro são. Nela, seus colaboradores dissertaram sobre diversos temas ligados a estes universos. Colaboradores que compartilhavam as

lutas de Reis pela higiene, pela pediatria, pela educação e pela assistência à infância desvalida.

Dr. Fernandes figueira, um de seus colaboradores, foi sem dúvidas um ator importante na luta pela legitimação do campo da pediatria. Em seus artigos na revista em cheque, temos algumas pistas desse engajamento, como podemos observar no trecho a seguir. Após discorrer sobre os *Aspectos da Pediatria no Rio de Janeiro* ele encerra:

Tendo exposto o mais summariamente possível os aspectos da pediatria no Rio de Janeiro, desvaneço-me dizendo que quasi todas as bases assentadas o foram por meus dignos auxiliares nesta Policlínica de Crianças sob minha direção. As primeiras pedras do alicerce da escola brasileira de pediatria estão dest’arte firmadas e resistentes. O futuro não saberá quanto esforço ellas representaram em um meio como o nosso. Nem por isso deixe a mocidade de erguer o edificio que desejo e tenho fé que seja indestrutível (FERNANDES FIGUEIRA, 1914, p.111)

O médico deixa claro o esforço então realizado pela constituição do campo pediátrico. Dentre os auxiliares citados por ele, está o Dr. Alvaro Reis, que estava engajado em uma investigação específica: “cabe a meu assistente Alvaro Reis a observação de um caso de polyuria insipida e muito interessante” (p. 106). Os dados apresentados também fazem parte da busca pela instituição da pediatria, como nos esclarece Pereira (2006), ao falar do emprego destes por Moncorvo de Figueiredo,

O recurso ao dado estatístico (...) faz parte da estratégia de refutação de teses e teorias consideradas inadequadas e pouco fundamentadas, porque (...) carentes de empiria e conhecimento da realidade do país (PEREIRA, 2006, p. 104).

Não só os dados estatísticos, como os países estrangeiros, em sua maioria europeus, usados como referência, validam e legitimam os discursos médicos. Ideais importados, como o da eugenia, influenciaram de forma significativa a pediatria no Brasil. A ideia da degenerescência combinada aos ideias eugênicos, justificaram intervenções diversas, afim de se alcançar os objetivos de ordem e progresso republicanos. De acordo com Pereira (2006)

A ideia de degenerescência era crucial aos eugenistas. Isso porque a eugenia justificava as diferenças entre os indivíduos, tratando uns como saudáveis e outros como degenerados. O discurso eugênico contribuía, pois para a difusão de que seria possível (e necessário) selecionar indivíduos por sua superioridade biológica e

moral. Essa capacidade de organizar a diferença parece ter sido o maior atrativo da eugenia no início do século no Brasil. Os eugenistas não mediram esforços para anunciar, classificar e combater o que consideravam taras, degenerescências, desvios e incapacidades. (PEREIRA, 2006, p.143)

Sendo assim, e de acordo com o anseio vigente, era importante criar padrões a serem seguidos, “que servissem de modelo para as mudanças eugênicas que os novos tempos anunciavam.” (PEREIRA, 2006, p. 143). Neste sentido, foi fundado em 1919, por Dr. Moncorvo Filho, como já vimos, parceiro de Reis e Vaz na *Educação e Pediatria*, o Departamento da Criança no Brasil, que

Dentre outras questões (...) pretendia organizar estatísticas de nupcialidade, natalidade, morbidade e mortalidade infantis no país, orientando os serviços públicos no sentido de estabelecer “medidas urgentes e inadiáveis contra os fatores negativos do nosso progresso e da nossa civilização, máxime em relação à despopulação e às condições de robustez de nossa raça” (MONCORVO FILHO, 1926, p. 284, *apud* PEREIRA, 2006, p. 148)

A robustez passa a ser referência de saúde e beleza: bebês gordos eram bebês normais e nutridos. A pediatria brasileira, através da antropometria selecionaria padrões de normalidade, “fundamentando práticas de hierarquização e tentativas de homogeneização social.” (PEREIRA, 2006, p. 156)

Embora não tenhamos encontrado referências explícitas aos ideais eugênicos nos artigos do Dr. Alvaro Reis, não podemos ignorar o fato de sua caminhada ao lado de Moncorvo Filho, por exemplo, a quem autorizava expor suas ideias através de sua revista. É inegável que ele fazia parte do movimento nascente de constituição do campo da pediatria, que conforme os estudos de Júnia Pereira (2006),

(...) seria informada por pressupostos que visavam à valorização de proles consideradas mais saudáveis, a veiculação de práticas e hábitos sociais em consonância com os padrões estéticos e fisiológicos considerados ótimos e a partir da valorização de tipos ideais de crianças, tomadas em perspectiva e alçadas à condição de modelos de saúde, robustez e superioridade eugênica. (PEREIRA, 2006, p. 148)

Reis fazia parte dessa pediatria nascente de forma ativa. Estava ao lado de Fernandes Figueira também na fundação da Sociedade Brasileira de Pediatria. Em 27 de Julho de 1910 acontecia a primeira reunião. Segundo o Jornal *O Paiz*, Alvaro Reis

teria assinado a ata inaugural como sócio fundador, junto a outros médicos. Na SBP, ocupou o cargo de primeiro secretário de 1914 à 1926. (CARNEIRO, 2000)

É incontestável a relevância de tal iniciativa em um momento de consolidação da especialidade pediátrica. O que se pretendia era um espaço de estudos mais íntimo, de troca de ideias a cerca de assuntos específicos, que poderiam ser assistidos pelos estudantes de medicina. (CARNEIRO, 2000)

Tornando o olhar novamente para a revista Educação e Pediatria, é possível afirmar que a luta pela consolidação da especialidade estava nas páginas deste e de tantos outros periódicos, que foram instrumento importante de divulgação e legitimação do campo. Alguns, mais técnicos e específicos direcionados à própria comunidade médica, outros mais populares, buscando a divulgação e o reconhecimento também entre os leigos. (PEREIRA, 2006)

Em seus artigos na revista é possível observar seu engajamento. Em *Atrasados Escolares* (1913), ao discorrer sobre a questão e a necessidade de um diagnóstico afim de favorecer os escolares normais e os anormais, ele reafirma o papel fundamental do médico na escola, devido a complexidade de fatores que poderiam envolver um atrasado escolar, e a necessidade de um tratamento adequado para estes. Reis utiliza o mesmo argumento ao discorrer sobre a tuberculose, no artigo *A tuberculose e a escola* (1913). Em ambos os artigos, o médico higienista entrelaça dois pontos considerados cruciais para o desenvolvimento da república: a pediatria e a educação.

Já no artigo *O berço* (1913), disserta sobre conferências realizadas pelos Drs. Ataulpho de Paiva e Fernando Magalhães, o enfoque é dado à assistência, e Reis reafirma sua posição crítica em relação ao descaso do Estado. Na verdade, parece que suas críticas não eram apenas direcionadas às autoridades, mas também a uma realidade mais próxima, relacionada justamente à assistência da infância desvalida. Para o jornal *O Paiz* (1916), o médico afirma em tom de desaprovação:

É na vaidade dos ricos, na exibição de seus sentimentos filantrópicos que se alicerçam as melhores instituições de beneficência. (...) Com os chás de caridade, obrigados a grandes *toilettes*, a ricas carruagens e nos quares, entre sorrisos de apurada elegância os que podem comem *gateaux*, e trincam *bonbons* caros em benefício dos que sofrem e dos que tem fome, sempre alguma coisa lucram as instituições. (O PAIZ, 29 de fevereiro de 1916, p.3)

Fica visível, então, uma posição contrária a uma situação que era (e ainda hoje é) comum: as luxuosas festas organizadas pela alta sociedade para arrecadação de fundos para obras assistencialistas. Talvez sua luta fosse mais vasta do que por hora pudemos alcançar.

Entretanto podemos afirmar que o Dr. Alvaro Reis era um homem que lutava ativamente na construção da nação que se pretendia construir. Junto a tantos outros médicos, professores, juristas e intelectuais, se posicionou ao longo dos anos, de forma aparentemente coerente com sua prática. Utilizou a revista *Educação e Pediatria*, bem como os jornais, como meio de divulgação de suas concepções, como espaço de luta, mostrando-se um sujeito crítico, mas arraigado em seu tempo e conjuntura.

Considerações finais

Após o caminho percorrido, acreditamos ser possível afirmar que o objetivo central deste trabalho foi alcançado.

Através da pesquisa das fontes, aliada ao estudo de diversos autores, foi possível identificar de forma contextualizada as concepções de Reis sobre a infância desvalida e seu tratamento, numa aliança entre educação e pediatria.

No primeiro capítulo, especificamente no tópico *Cidade civilizada versus menor delinquente* discorremos sobre o *menor* que além de abandonado, segue sendo criminalizado, e de sua existência no contexto da reforma urbanística do início do século XX. O destino destes menores eram as instituições de assistência, acolhimento ou correção, como a Escola Premunitória Quinze de Novembro. Estava em curso um projeto que incluía a higienização social, fundamentado também na eugenia, em prol da emergência de parâmetros civilizatórios aos moldes europeus.

A seguir abordamos as questões referentes à assistência à infância, traçando um breve histórico, e observando a atuação de Vaz e Reis, que através do jornal *A Notícia* denunciava o descaso do Estado com a assistência à infância.

Em um contexto de grande preocupação com a infância, devido aos ideais republicanos de civilização, a atenção da sociedade do Distrito Federal à já reconhecida categoria dos *menores abandonados, vadios e delinquentes* é expressiva. Em periódicos e documentos oficiais dos primeiros tempos republicanos, é nítida a urgência em “cuidar” destes *menores*, tirá-los das ruas, higienizar as vias públicas, que deveriam se tornar palcos da civilidade nacional, ostentando belas edificações e servindo de passeio à boa sociedade, a despeito das dificuldades e da realização, de acordo com as denúncias, de poucas medidas efetivas.

Destarte, podemos afirmar que houve um movimento de centralização da assistência pública, através da elaboração de leis para a assistência à infância, culminando, posteriormente, na criação do Juízo de Menores do Brasil (1923), no Rio de Janeiro, e na aprovação do Código de Menores de 1927, consolidando um modelo de categorização e intervenção sobre o *menor*, que teve origem nas ações policiais, uma vez que, até aquele momento era a delegacia a responsável pelo acolhimento destes *menores* (VIANNA, 1999).

Na conjuntura em questão, os periódicos assumiram certo protagonismo, atuando enquanto difusor e conformador da sociedade, chegando aos letrados e não-letrados, legitimando ideias correntes e campos científicos (BARBOSA, 1997, p. 89). A cidade e a indústria encontravam-se em expansão, e urgia a necessidade de controlar a população, principalmente a massa desafortunada que somava cerca de 70% dos habitantes cariocas no início do século XX (RIZZINI, 1993, p. 19).

No item *O encontro com Alvaro Reis e as concepções impressas*, discorreremos brevemente sobre a história dos periódicos, voltamos o olhar para a revista *Educação e Pediatria*, analisando sua materialidade de acordo com Fernandes (2013), e suas possíveis intenções, com base em Cruz e Peixoto (2007).

Já no segundo capítulo, voltamos o olhar para o Dr. Alvaro Reis, focalizando seu envolvimento junto à infância, e observando sua atuação, resumidamente, através das páginas dos jornais *A Notícia* e *O Paiz*, na seção *Primeiro contato: o médico e educador nas páginas dos jornais*.

No tópico *O papel impresso como espaço de luta, legitimação e rede de sociabilidade*, mostramos quem eram os colaboradores que faziam parte da rede de sociabilidade de Reis, com base em Sirinelli (1996), e mapeamos na *Educação e Pediatria*, os temas aos quais o médico higienista se dedicava, destacando a inspeção médico-escolar, a tuberculose, o aleitamento materno, a mortalidade infantil e os espaços adequados à reabilitação da infância.

Foi possível, ao longo da pesquisa, identificar o Dr. Alvaro Reis como um homem de seu tempo, imbricado em uma realidade complexa, na luta pela legitimação do seu campo de atuação, a pediatria, pelos preceitos higiênicos, que então eram a salvação frente aos altos números de mortalidade infantil, e pela assistência e educação à infância desprotegida. Não há dúvidas de que ele estava empenhado, assim como seus companheiros, na construção de um novo país, republicano, são e civilizado.

Não obstante, há muito o que se averiguar e compreender sobre a atuação de Reis, tão pouco referenciada nos documentos oficiais, sobre seus posicionamentos, a relação com os que o cercavam e sobre a revista *Educação e Pediatria*, material tão rico, e ainda pouco explorado, assim como, sua atuação enquanto professor da Escola Quinze de Novembro. Tais caminhos caberiam no escopo deste trabalho, o que nos deixa o desejo de prosseguir com a pesquisa, aprofundando-a e lhe atribuindo novos rumos.

Fontes

Revista Educação e Pediatria

FIGUEIRA, Antônio Fernandes. Aspectos da pediatria no Rio de Janeiro. *Educação e Pediatria*, ano 2, n. 11-19, p. 101-11, abr./dez. 1914.

MONCORVO FILHO, Carlos Arthur. Proteção da infância no Brasil. *Educação e Pediatria*, ano I, n. 5, p. 334-335, out. 1913.

REIS, Alvaro. Atrazados escolares. *Educação e Pediatria*, ano I, n. 1, p. 35-42, jun. 1913.

REIS, Alvaro. A tuberculose e a escola. *Educação e Pediatria*, ano I, n. 2, p. 105-112, jul. 1913.

REIS, Alvaro. Iqueritos e entrevistas: a aleitação mercenária deve ser fiscalizada? *Educação e Pediatria*, ano 1, n. 2, p. 125-127, jul. 1913.

REIS, ALVARO. Inqueritos e entrevistas (mortalidade infantil). *Educação e Pediatria*, ano 2, n. 11-19, p. 120-126, abr./dez. 1914.

REIS, Alvaro. O berço. *Educação e Pediatria*, ano I, n. 5, p. 355-361, out. 1914.

VAZ, Franco. Nosso rumo. *Educação e Pediatria*, ano I, n. 1, p. 3-21, jun. 1913.

VAZ, Franco. O problema da proteção à infância. *Educação e Pediatria*, ano I, n. 8, 9 e 10, p. 3-15, jan./fev./mar. 1914.

Artigos de jornais do Rio de Janeiro

DEPÓSITO de menores. *A Notícia*, 17/02/1907.

A TUBERCULOSE e a assistência aos menores. *A Notícia*, 21/02/1907

A INFÂNCIA abandonada: um projeto utilíssimo. *A Notícia*, 13/10/1907

ESCOLA Quinze de Novembro. *A Notícia*, 05/01/1910.

O PROBLEMA da assistência à infância: A Escola Correcional Quinze de Novembro – O Relatório de seu Diretor. *A Notícia*, 08/04/1910.

NA ESCOLA dos meninos perdidos. *A Notícia*, 01/05/1910.

UMA OBRA meritória: a Policlínica de Crianças e o Dr. José Carlos Rodrigues. *A Notícia*, 08/05/1910.

A ESCOLA Quinze de Novembro – A Visita do Sr. Presidente da República. *A Notícia*, 26/07/1910.

OS ABANDONADOS. *O Paiz*, 02/01/1916.

ABRIGO da infância. Alvaro Reis, *O Paiz*, 29/02/1916.

MENORES delinquentes. *O Paiz*, 26/05/1916.

A SITUAÇÃO dos menores. Carta enviada por Franco Vaz à redação de “O Paiz”. *O Paiz*, 10/10/1916.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, André Nunes de. A reforma de Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. *Revista Rio de Janeiro*, n.10, p. 39 -79, maio-ago. 2003.

BARBOSA, Marialva. *Os Donos do Rio*. Imprensa, Poder e Público. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

BARBOSA, Marialva. Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro (1880-1920). *Revista Brasileira de Comunicação*, São Paulo, v. XX, nº 2, p. 87-102, jul./dez. 1997.

CAMARA, Sônia. Inspeção Sanitária escolar e educação da infância na obra do médico Arthur Moncorvo Filho. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas-SP, v.13, n.3 (33), p. 57-85, set./dez. 2013.

CARNEIRO, Glauco. *Um compromisso com a esperança: história da Sociedade Brasileira de Pediatria , 1910 / 2000*. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 2000.

CRUZ, Heloisa de Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n 35, p. 253-270, dez. 2007.

FERNANDES, Ana Lúcia Cunha. A Revista Pedagógica e a configuração do campo pedagógico no Brasil no final do século XIX. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (Org.). *Pedagogim: símbolo da modernidade educacional republicana*. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2013.

GONDRA, José. *Artes de civilizar*. Medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial. Rio de Janeiro: EdUERJ. 131-158. 2004.

GONÇALVES, Monique de Siqueira. A imprensa médica carioca em meados do século XIX: epidemias e combates na busca da legitimação sócio-profissional. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo, RS. *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos*. São Leopoldo: Unisinos, 2007

MARTINS, Ana Luiza. Da fantasia à História: folheando páginas revisteiras. *História*, São Paulo, 22 (1): 59-79. 2003.

PAULILO, André. L. O avesso da norma: indolentes, vadios, imprudentes e outros tipos escolares. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 15, p. 117-136, 2007.

PEREIRA, Júnia Sales. *História da pediatria no Brasil de final do século XIX a meados do século XX*. 206 f. Tese (Doutorado em História). Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

PINTO, Inára de Almeida Garcia. *Um Professor em dois mundos: a viagem do professor Luis Augusto dos Reis à Europa (1891)*. 245 fl. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo, Universidade do Estado de São Paulo, 2011.

RIZZINI, Irma. *Assistência à Infância no Brasil: uma análise de sua construção*. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1993.

RIZZINI, Irma; MARQUES, Jucinato de Serqueira, MONÇÃO, Vinicius de Moraes. As tropelias e assuadas de escolares e garotos na cidade do Rio de Janeiro entre os séculos XIX e XX. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 53, n. 39, p. 159-185, set/dez. 2015.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Entre o exame do corpo infantil e a conformação da norma racial: aspectos da atuação da Inspeção Médica Escolar em São Paulo. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.22, n.2, p.371-390, abr./jun. 2015.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais in: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

SCHUELER, Alessandra F. M.; GONDRA, José Gonçalves. Olhar o outro, ver a si: um professor primário brasileiro no “Velho Mundo” (1890-1892). *Revista Brasileira de História da Educação*, nº 22, p. 87-112, jan./abr. 2010.

SILVA, José Cláudio Sooma. *A Reforma Fernando de Azevedo: tempos escolares e sociais (RJ, 1927-1930)*. Dissertação (Mestrado em Educação). São Paulo: USP, 2004.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

TEIXEIRA, Giselli. *A imprensa Pedagógica no Rio de Janeiro: os jornais e as revistas como agentes construtores da escola (1870 – 1919)*. 350 fl. Tese (Doutorado em Educação) Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2016.

VIANNA, Adriana de Resende B. *O mal que se advinha: polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.